



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO

ALYNE ALBUQUERQUE DA SILVEIRA

***RESORTS E SUSTENTABILIDADE – REFLEXÕES SOBRE O COMPLEXO
DE SAUÍPE/BA***

BRASÍLIA – DF

2018

ALYNE ALBUQUERQUE DA SILVEIRA

***RESORTS E SUSTENTABILIDADE – REFLEXÕES SOBRE O COMPLEXO
DE SAUÍPE/BA***

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iara Lucia Gomes Brasileiro

BRASÍLIA – DF

2018

Ar Albuquerque da Silveira, Alyne
RESORTS E SUSTENTABILIDADE - REFLEXÕES SOBRE O COMPLEXO DE
SAUÍPE/BA / Alyne Albuquerque da Silveira; orientador Iara
Lucia Gomes Brasileiro. -- Brasília, 2018.
80 p.

Monografia (Graduação - Turismo) -- Universidade de
Brasília, 2018.

1. Complexo turístico Sauípe. 2. Dimensões da
Sustentabilidade. 3. Resorts. 4. Impactos. I. Lucia Gomes
Brasileiro, Iara, orient. II. Título.

ALYNE ALBUQUERQUE DA SILVEIRA

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

**RESORTS E SUSTENTABILIDADE – REFLEXÕES SOBRE O COMPLEXO
DE SAUÍPE/BA**

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Iara Lucia Gomes Brasileiro – Orientadora

Prof.^a Ma. Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski – Avaliadora Interna

Prof. Ma. Elaine Gomes da Silva – Avaliadora Externa

Prof. Me. Alexander Malaver Copara – Avaliador Suplente

Brasília, 03 de dezembro de 2018.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar três dimensões da sustentabilidade encontradas a partir da implementação do Complexo turístico Costa de Sauípe localizado na área de proteção ambiental do litoral norte da Bahia (APA LN-BA). Na pesquisa buscou-se analisar especificamente três dimensões da sustentabilidade: social, ambiental e econômica. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se da estratégia metodológica intitulada “estudo de caso” via análise de documentos e pesquisa bibliográfica. Para compreender os impactos causados com a criação do megacomplexo, buscou-se entender, em seu âmbito global, os impactos positivos e negativos gerados pelo turismo em uma localidade receptora, bem como conhecer o conceito de sustentabilidade e possíveis relações com o turismo. Observou-se, assim, que a partir dos anos 1990, o Nordeste brasileiro, devido a seus atrativos naturais (principalmente as praias marítimas) e aos diversos investimentos (públicos e privados), recebeu investimentos em empreendimentos hoteleiros conhecidos como *resorts*, vistos, tradicionalmente como meios de hospedagem insustentáveis. No caso do Complexo Turístico Costa de Sauípe, quando realizado o EIA/RIMA, foram previstos sérios problemas socioambientais que ficaram evidentes após sua construção. A análise possibilitou identificar que algumas iniciativas significativas do Complexo Costa do Sauípe, até o atual momento, não representam uma atuação que possa ser caracterizada como bem-sucedida no que se refere as dimensões estudadas.

Palavras chaves: Complexo turístico Costa de Sauípe; impactos; dimensões da sustentabilidade.

ABSTRACT

The present work aims to analyze three dimensions of sustainability caused by the implementation of the Costa de Sauípe Tourist Complex located in the environmental protection area of the northern coast of Bahia (APA LN-BA). In order to achieve this objective, a methodological strategy called "case study" was used through document analysis and bibliographic research. In order to understand the impacts caused by the creation of the megacomplex, we sought to understand, in its global scope, the positive and negative impacts generated by tourism in a receiving location, such as knowing the concept of sustainability and possible relations with tourism. It was observed that, since the 1990s, the Brazilian Northeast, due to its natural attractions (mainly sea beaches) and to the various investments (public and private), received investments in hotel developments known as resorts, traditionally seen as unsustainable means of accommodation. In the case of the Costa de Sauípe Tourist Complex, when the EIA / RIMA was carried out, by the Environmental Planning and Consulting Company (Ecoplam), serious social and environmental problems were foreseen that were evident after its construction. The research aimed to analyze specifically three dimensions of sustainability: social, environmental and economic. The analysis made it possible to identify that some significant initiatives of the Costa do Sauípe Complex, up to the present moment, do not represent an action that can be characterized as successful in the social, environmental and economic dimension.

Keywords: Costa de Sauípe tourist complex; impacts; dimensions of sustainability.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABR - Associação Brasileira de Resorts

APA - Áreas de Proteção Ambiental

APA/LN - Área de Proteção Ambiental Litoral Norte

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CET - Centro de Excelência em Turismo

CETUR - Conselho Estadual de Turismo

CFT - Coordenação de fomento ao turismo

CNMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente

CNO - Construtora Norberto Odebrecht

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONBAHIA - Bahia Convenções S.A.

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari

CRA - Centro de Recursos Ambientais

CS - Costa de Saúpe

DDT - Diclorodifeniltricloreto

ECOPLAM - Empresa de consultoria e planejamento ambiental

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

EMTUR - Empreendimentos Turísticos

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

IBAMA - Instituto brasileiro do meio ambiente

IBG - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IH - Instituto da Hospitalidade

ISS - Imposto sobre serviços de qualquer natureza

LN-BA - Litoral Norte da Bahia

MAB- Man and the Biosphere

MTUR - Ministério do Turismo

OMS - Organização Mundial da Saúde

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organização da sociedade civil de interesse público

PNT - Plano Nacional de Turismo

PNUMA - Programa das Nações Unidas sobre o meio ambiente

PREVI - Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo

PROES - Programa de Ensino Supletivo

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SBCLASS - Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SHR - Sauípe Hotels & Resorts

SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação

UC - Unidades de conservação

UH'S - Unidades Habitacionais

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UnB - Universidade de Brasília

WWF- World Wild Foundation

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Evolução do número de UH's Resorts por região	33
Figura 02: Oferta resorts	34
Figura 03: Mapa das Zonas Turísticas da Bahia	47
Figura 04: Costa dos Coqueiros e municípios.....	51
Figura 05: APA-LN e Zoneamento Econômico Ecológico	53
Figura 06: Linha do tempo	57
Figura 07: Localização das áreas do Complexo turístico de Sauípe	60
Figura 08: Os cinco hotéis do Complexo	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Impactos Sociais Positivos.....	63
Quadro 02: Impactos Sociais Negativos	64
Quadro 03: Impactos Ambientais Negativos	67
Quadro 04: Modificações Ambientais Positivos.....	68
Quadro 05: Impactos Econômicos Positivos	69
Quadro 06: Impactos Econômicos Negativos.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – TURISMO	16
1.1 OS DESLOCAMENTOS HUMANOS E A EVOLUÇÃO DO TURISMO	16
1.2 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DO TURISMO	19
1.3 RESULTADOS DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA – IMPACTOS	22
1.4 MEIOS DE HOSPEDAGEM.....	31
1.4.1 RESORTS– CONCEITO, BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E CRESCIMENTO NO BRASIL.....	32
CAPÍTULO 2 – SUSTENTABILIDADE	36
2.1 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO	44
CAPÍTULO 3 – SAUÍPE	47
3.1 – A ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DA BAHIA	47
3.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO LITORAL NORTE – BA	49
3.1.1.2 COSTA DOS COQUEIROS	51
3.1.1.2.3 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (SNUC)	54
3.2 PLANEJAMENTO INICIAL COMPLEXO COSTA DE SAUÍPE LN-BA	56
CAPÍTULO 4 – DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADAS NO COMPLEXO TURÍSTICO DE SAUÍPE-BA.....	63
4.1 IMPACTOS SOCIAIS	64
4.1.1 IMPACTOS AMBIENTAIS	67
4.1.1.2 IMPACTOS ECONÔMICOS.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais globalizado, o ato de viajar tem adquirido maior importância e influência sobre o cotidiano das diversas sociedades humanas. Inegavelmente, essa expansão turística está associada a fatores que perpassam por uma gama extensa de questões políticas, culturais, econômicas, ambientais e sociais.

Nesse sentido, o turismo é considerado como um fenômeno social e econômico, que tem o turista como o principal agente provocador da atividade. O deslocamento temporário desse ator pode provocar inúmeros impactos na comunidade receptora, pois, ao viajar, as pessoas se deslocam para outros lugares que possuem outras culturas. Este fato faz com que haja maior interação entre os diversos tipos sociais, cumprindo assim um papel fundamental no processo de socialização (DIAS, 2008).

Os múltiplos impactos são constituídos por um processo de mudança que não se caracteriza por uma só causa específica, mas, sim como consequências de um processo complexo de interação do turista com a comunidade receptora. As variáveis que provocam os impactos, segundo Ruschmann (2012) têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas que quando interagem podem ser geralmente irreversíveis no meio ambiente natural.

Os impactos no desenvolvimento turístico sobre patrimônio natural e cultural são percebidos local, regional, nacional e internacionalmente. A intensidade dos impactos, tanto positivos como negativos, pode apresentar-se nesses diferentes níveis. Em alguns casos, os impactos não são relevantes e, em outros, comprometem as condições de vida ou a atratividade das localidades turísticas (RUSCHMANN, 2012, p. 36).

Para que haja interação entre o turista e a comunidade receptora é necessário que haja equipamento de serviços turísticos: acessos, transporte, alimentação, saúde, meio de hospedagem e outros, fatores importantes para o desenvolvimento da atividade turística em uma determinada região.

O presente trabalho monográfico, trata dos meios de hospedagem *resorts*. No intuito de exemplificar a discussão, escolheu-se o complexo turístico Costa de Sauípe, no litoral norte da Bahia como objeto de pesquisa, por ser considerado um megaprojeto denominado *resort* em uma área de desenvolvimento precário, construído a partir do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, (EIA/RIMA) realizado pela Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental, (ECOPLAM), a partir disso foi concedido a licença ambiental para a construção do projeto, através da Resolução da CEPRAM de nº 1.326/96. Ressalta-se desde já

que, o documento (EIA/RIMA) previu sérios danos socioambientais para a região.

A monografia terá como estratégia metodológica a abordagem qualitativa, que se utiliza do estudo de caso, onde foram analisadas teses, monografias, artigos, documentos institucionais e livros, em seu aspecto bibliográfico e documental. As ferramentas empregadas no presente estudo, foram a rede mundial de computadores, em acessos a *sites* eletrônicos, noticiários publicados e base de dados.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa está delineado em “Analisar as dimensões da sustentabilidade encontradas a partir da implementação do complexo turístico Costa de Sauípe/BA”. Para que o objetivo geral fosse alcançado, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**:

1. Contextualizar o planejamento inicial do complexo Costa de Sauípe- BA
2. Conceituar *resorts* e seus impactos
3. Conhecer três dimensões da sustentabilidade

A temática escolhida para a presente pesquisa, surgiu por interesse pessoal da pesquisadora, quando buscava por referências na área de sustentabilidade e que por acaso nessa busca descobriu-se que o Complexo de Sauípe está implementado em uma área de proteção ambiental (APA), assim despertando interesse em aprofundar no assunto que conduziu ao seguinte questionamento:

Como foi iniciado o planejamento do Complexo para implementar o *resort* em uma área de proteção ambiental (APA)? A construção do complexo foi negativa e/ou positiva do ponto de vista social, ambiental e econômico?

No caminho de entender o objetivo geral e específico dessa pesquisa, a presente monografia encontra-se dividida por quatro capítulos, considerações finais e referências.

O primeiro capítulo “Turismo” apresenta um contexto histórico do deslocamento do ser humano pelos seus variáveis motivos: econômicos, políticos, sociais, culturais, esportivos, além do subtópico que versa a respeito da complexidade de conceituar turismo, já que este envolve diversas dimensões e elementos que afeta todo o mundo e todas as camadas sociais. Seguindo do tópico que trata a respeito dos impactos decorrentes da atividade turística, sendo caracterizados como positivos e negativos, identificados aos níveis, econômico, ambiental,

social e cultural. O próximo tópico inserido neste capítulo trata do meio de hospedagem- resorts a sua conceituação e classificação.

O segundo capítulo “Sustentabilidade” trata um dos temas mais abordados na atualidade e sua origem está ligada desde o primeiro contato do ser humano diante a natureza, apontando a dependência da humanidade para com o meio ambiente. Para tanto, o capítulo apresenta um contexto histórico das discussões, problemas e desastres ambientais afim de propor a conceituação de sustentabilidade utilizada e sua importância para as gerações futuras, sendo abordadas por meio de reuniões, eventos e conferências, adentrando no subtópico o assunto da sustentabilidade no turismo.

O terceiro capítulo “*Sauípe*”, discorre sobre o desenvolvimento do turismo na Bahia, Litoral Norte e Costa dos Coqueiros, seguindo da temática desse trabalho que elenca o planejamento inicial do Complexo Turístico Costa de Sauípe e por fim, as considerações finais que constaram-se, que algumas iniciativas significativas do Complexo Costa do Sauípe, até o atual momento, não apresenta uma atuação que possa ser caracterizada como bem sucedida no que se refere à dimensão social, ambiental e econômica.

CAPÍTULO 1 – TURISMO

1.1 OS DESLOCAMENTOS HUMANOS E A EVOLUÇÃO DO TURISMO

O fenômeno turístico é relativamente recente, firmado como atividade econômica a partir da metade do século XIX, baseado nos trabalhos pioneiros de Thomas Cook ¹e nos fomentos da atividade turística realizada por ações empresariais de Cesar Rits ²– rede hoteleira, Karl Baedeker ³– Guia de turismo, George Pullman ⁴– Turismo ferroviário, dentre outros que contribuíram para o avanço do turismo como uma necessidade social (DIAS, 2008; RABAHY, 2003).

Desde a antiguidade, os deslocamentos humanos constituem uma característica predominante de ocupação dos diversos espaços do território, com o homem deslocando-se por diversos motivos, como: curiosidade, sentimentos religiosos ou até mesmo em busca por conquistas e negócios, e assim ultrapassando cada vez mais os limites de seu território e a cada vez se distanciando, indo para mais longe (RABAHY, 2003).

Há indícios de que o deslocamento de pessoas que pode ser associada ao turismo, ocorre desde os tempos mais remotos da história da humanidade e nas mais antigas civilizações.

Alguns autores como Barreto (1999), Dias (2008) e Ruschmann (2012), discorrem que os deslocamentos humanos surgiram na antiga Grécia. Os gregos realizavam viagens por motivos religiosos, esportivos e por curiosidade em conhecer outros lugares. Assim, muitos gregos viajavam para visitar o oráculo de Delfos⁵, que pode ser considerada hoje o atual turismo religioso, além do mais, eram os jogos para os gregos em caráter esportivo que também os faziam deslocar periodicamente para assistir os Jogos Olímpicos. Já outros autores, como McIntosh (1972) apontam a origem do turismo com os fenícios, por terem tido relações comerciais e transação com moedas. Destaca-se nesta linha do tempo os romanos, que, além desses motivos, se deslocavam para tratamentos de saúde, para banhos termais, descanso e lazer. Em termos de realizar o turismo, os romanos foram considerados os mais completos,

¹ A mais significativa contribuição de Cook, foi organizar uma viagem no formato que seriam hoje os pacotes de serviços, tais como: transporte, acomodação, alimentação e atividades a serem realizadas no local. Este procedimento passou a ser copiado em todo o mundo. (DIAS, 2008).

² Iniciador da moderna hotelaria. (DIAS, 2008).

³ Considerado o pioneiro na concepção dos guias de turismo, viajou muito durante a sua juventude. (DIAS, 2008).

⁴ O trem no séc. XIX foi o meio de transporte mais utilizado para grandes viagens. Pullman criou um vagão para melhorar os serviços de alojamento dos trens. (MONTEJANO, 1999 apud DIAS 2008, p. 45)

⁵ O Oráculo de Delfos era um grande local sagrado da Grécia Antiga, dedicado ao deus Apolo.

possuíam outras moradias e prosperavam em função de suas termas. Na época, as visitas a locais históricos significativos como Grécia e Egito, era frequente e só não se massificou pela precariedade dos transportes.

No período compreendido entre os séculos XVII e XVIII inserem-se as grandes navegações, quando passaram a ser consideráveis as viagens marítimas de longa distância, que possibilitaram chegar a novas terras, novos povos e negócios, gerando interesse especialmente das elites. (DIAS,2008).

O turismo sempre esteve ligado à concepção de viagem, de deslocamento. “Surge no século XVII, na Inglaterra referido a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* que quer dizer volta é de origem francesa e tem seu equivalente no inglês *turn* e no latim *tornare*” (BARRETO, 2003, p.43). Contudo Rabahy (2003, p. 8) considera “turistas os indivíduos que faziam essas viagens, estendendo-se, mais tarde, na França aos indivíduos que viajavam por prazer”.

Entre os séculos XVII e XVIII, inicia-se um tipo de viagem que hoje se denomina como turismo moderno. Nessa época a nobreza europeia (principalmente a inglesa) enviava seus filhos para viagens com cunho educativo que duravam até três anos (DIAS, 2008). Com a decadência da nobreza e a inserção de uma nova classe social no fim do século XVIII, a expressão *Grand Tour*, antes remetida a viagens pelo continente, composta por uma elite de jovens, passou a ser realizada pelas classes mais pobres, que tinham recursos financeiros suficientes para realizar as mesmas viagens que os nobres. Muitas das viagens praticadas nessa época eram destinadas para conhecer os avanços advindos da industrialização, principalmente na Inglaterra (DIAS, 2008).

No século XIX, com o surgimento dos *spas*⁶ e dos *resorts*⁷, o turismo também deixa de ser uma exclusividade da elite e passa a incluir a classe média. Até o século XX as viagens com intuito de descanso e curas de enfermidades ainda eram reservadas às classes mais privilegiadas.

Vale destacar, algumas contribuições dos benefícios que Thomas Cook trouxe para o desenvolvimento do turismo por volta do século XIX. (ACERENZA, 2002, *apud* DIAS, 2008).

⁶ SPAS ligam-se às civilizações antigas, com a finalidade de tratamento curativo, possibilitando relaxamento e bem-estar através banhos relaxantes e massagens. (IGNARRA, 2013)

⁷ Associação Brasileira de Resorts (2012), trata-se de “um empreendimento hoteleiro de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltado para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, no qual o hospede não precisa se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento”.

1. Conceituação de excursão organizada que hoje é o pacote turístico
2. Realização do primeiro itinerário descritivo de viagem para os turistas
3. Realização do primeiro tour em 1846 com a participação do Guia de turismo
4. Atendimento de 165 mil pessoas nos serviços oferecidos por Cook
5. Criação do *voucher*

Nessa perspectiva, a consolidação do turismo se deu após a Revolução Industrial quando são verificadas grandes transformações no campo social, econômico, político e tecnológico, que afetaram e aceleraram o progresso da atividade turística, resultando em um fenômeno de proporções mundiais. No campo social, destaca-se a modernização das leis trabalhistas, com o trabalhador obtendo direito as férias remuneradas. Como ponto crucial surge a divisão do tempo: o tempo de trabalho, o tempo livre que por consequência gerou o lazer. Observam-se ganhos na produtividade, propiciando também efeitos no turismo, diretamente ligado com o avanço da tecnologia vinculada ao transporte ferroviário e rodoviário e expansão da produção automobilística, o que tornou necessário a construção de rodovias. Mais recentemente com o progresso tecnológico tem-se o transporte aéreo, facilitando o deslocamento de pessoas em menor tempo e ampliando o número de destinos turísticos. Sendo assim, neste contexto, ocasionando um aumento relativo da classe média industrial que alcançavam padrões de vida que os permitiam viajar.

Conforme Dias (2003), com a diminuição da jornada de trabalho e como consequência do aumento do tempo livre, uma grande parcela de pessoas passou a considerar o turismo como atividade relacionada ao lazer, bem-estar e qualidade de vida.

O turismo transformou-se numa das mais importantes faces da globalização, contribuindo para estreitar distâncias entre as diversas partes do globo e, ao mesmo tempo, para o aumento de uma consciência global. Diferentes povos, através da atividade turística, passam a compreender o lugar que ocupam no mundo e a ligação que possuem uns com os outros (DIAS, 2003, p.14).

Com base na perspectiva tratada acima, Molina (2003) elenca o processo evolutivo do turismo em três grandes fases. A primeira seria o Pré-Turismo destacando o *Grand Tour*, de cultura europeia do século XVIII, caracterizada pelas viagens no continente europeu, realizada, especialmente por jovens da elite.

A segunda fase seria o Turismo Industrial, apresentando três conjuntos: O Turismo Industrial Primitivo, que se iniciou no século XIX, estendendo-se até o início da Segunda

Guerra Mundial; o Turismo Industrial Maduro, cuja origem se deu na década de 1950, prologando até meados da década de 1980; e o Turismo Pós-Industrial, que teria origem na década de 1980, avançando até o final do século XX, que passou a apresentar grandes mudanças na prática turística decorrente as mudanças tecnológicas, mercadológicas.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003): “O século XX é caracterizado por trazer novas tecnologias, tais como aviões mais velozes e confortáveis, computadores, robôs, e comunicações por satélite, que mudaram o modo de vida da humanidade”. E por fim, a última fase seria o Pós-Turismo, surgido, na década de 1990, progredindo pelo século XXI, caracterizada pelo uso de tecnologias de alta eficiência, propiciando o surgimento de produtos turísticos desenvolvidos através do uso de capital e tecnologia.

Esses deslocamentos realizados desde a antiguidade, embora tenham características de grande relevância do que convencionamos hoje entender como turismo, ainda não tinham um interesse maior no campo econômico, social ou cultural do movimento em que os marcos do século XIX estabeleceu (DIAS, 2008).

1.2 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DO TURISMO

Teorias são conhecimentos construídos a partir de um fenômeno investigado que produz análises e conceitos para explicar o real. Neste sentido, a concepção epistemológica do turismo é relativamente atual e na medida /em que se tornou frequente surgiram diversas definições de conceituação da palavra turismo. Assim, segundo Beni (2001), a abrangência do turismo ocasionou no fato de muitos autores como Hunziker e Krapf (1931) terem extrema dificuldade em conceitua-lo no que, uma vez o turismo se configura como um fenômeno grande e complexo constituído de inúmeras partes que interagem e o compõe, a saber: superestrutura, demanda, infraestrutura, atrativos, equipamentos e instalações e a comunidade receptora (DIAS, 2008).

Em 1881, houve o primeiro registro da definição de turismo, pelo Dicionário Inglês Oxford, que o caracterizava como “teoria e a prática de viajar por prazer”. Já em 1911 o economista austríaco Hermann Von Schullern zu Schattenhofen definiu-o como um fator que compreende todos os processos em especial o econômico, que se manifesta na chegada, permanência e saída do turista de um determinado local (DIAS, 2008). Mencionado por

Schwink em 1929 como “o movimento de pessoas que abandonam temporariamente o local de residência permanente por motivos relacionados com o espírito, corpo ou profissão” (DIAS, 2008, p.14).

Ao longo dos tempos surgiram novos autores e novos conceitos no que tange o estudo da epistemologia do termo. Em 1937, o Comité de Especialistas em Estatística da Liga das Nações levou ao Conselho da Organização a proposta que determinou que turista é a “pessoa que viaja durante 24 horas ou mais por qualquer outro país distinto a sua residência habitual”. O Comitê decidiu que as pessoas inseridas nas categorias abaixo são consideradas turistas (DIAS, 2008, p. 15):

1. Pessoas que viajam com intuito de lazer, prazer ou por razões familiares e de saúde
2. Pessoas que se deslocam para reunião de negócios (científico, administrativo, diplomático, religioso, esportivo e entre outros)
3. Visitantes de cruzeiros marítimos, inclusive quando a duração de estadia seja inferior a 24 horas (o que inclui os passageiros que desembarcam em um país, mas não passam a noite no barco)

A Liga das Nações foi extinta e a Organização das Nações Unidas (ONU), a sucedeu em 1945, adotando a definição de turismo que limitava de 24 horas até um ano a viagem, para fora de seu país de origem. Com isso, passou-se a dar ênfase conceitual aos deslocamentos por si só. Assim, elaborou um conceito mais amplo:

(...) turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-interpretas que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras (...) uma espécie de efeito multiplicador moral ou cultural (FUSTER, 1974, *apud* MOESCH, 2000 p. 11).

A Organização Mundial do Turismo (OMT), fundada em 1975 é uma agência especializada das Nações Unidas e a principal organização internacional no campo do turismo. A OMT desempenha papel na promoção do desenvolvimento responsável, sustentável e universalmente acessível (OMT, 2017).

Há que se destacar a definição que foi adotada pela (OMT, 1994), “turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

A lei Geral do turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 define as normas do governo federal para o planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor, disciplinando a prestação dos serviços por meio de cadastros, classificação e fiscalização.

O primeiro capítulo determina a conceituação de turismo e estabelece as responsabilidades do Ministério do Turismo no fomento do setor e do Plano Nacional de Turismo (PNT). Em seu artigo 2º, “considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (LEI 11.771, 2008).

Por sua vez, alguns autores como Beni (2001), Bertalanffy (1975), Sharpley (2002), analisaram a definição de turismo como modelo sistêmico abrangente e holística deste fenômeno e estabelecendo teorias que não eram apenas um simples somatório das partes de seus componentes, mas sim o resultado de complexas interações.

Um desses sistemas foi estudado por Leiper em 1979, na referida obra o autor ressalta um modelo conceitual e gráfico para o sistema turístico. Este modelo agrega uma abordagem do fenômeno turístico como multidisciplinar e interdisciplinar e ao mesmo tempo em que evidencia que o sistema está interrelacionado.

Por este entendimento, (Dias,2008, p. 17) descreve:

O turismo pode ser estudado como um subsistema do sistema social mais amplo que compreende as sociedades humanas. [...] entre os subsistemas mais importantes que podem ser encontradas na maioria das sociedades, podemos citar: o econômico, o político, o religioso, o educacional e entre outros. [...] O sistema turístico, como parte do sistema social, compreende um complexo de relações estabelecidas entre diversos agentes- organizações e indivíduos- que acontecem ao desenvolver a atividade turística (DIAS, 2008, p. 24).

O maior volume de estudos científicos sobre a temática do turismo provém das ciências econômicas e em alternativa a este ponto de vista, está a defesa de que o turismo deveria ser tratado como uma ciência, pois além de ser parte das ciências sociais, é de interesse de diversos

outros campos do conhecimento, como, Sociologia, Economia, Geografia, Psicologia, ou seja, o turismo envolve diversas dimensões e elementos que afeta todo o mundo e todas as camadas sociais. Assim, percebe-se que o fenômeno turístico é sistêmico, pois ele é muito maior do que as somas de todas as partes envolvidas e se isoladas não caracterizam ao todo a representação do conjunto de situações que o turismo abrange.

1.3 RESULTADOS DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA – IMPACTOS

O turismo é considerado um fenômeno social e econômico, que tem como base o turista que é caracterizado como principal agente motivador e de interação da atividade turística. O deslocamento desses turistas é capaz de gerar benefícios para todos os envolvidos, como também é capaz de provocar mudanças culturais e sociais negativas na localidade visitada. Porém não é o turismo por si só que influencia uma comunidade, mas os próprios interesses individuais.

O turista quando se desloca para um destino turístico, sente-se livre dos limites que lhe são impostos pelas normas sociais que dizem respeito aos comportamentos cotidianos, que resultam um estilo de vida livre, em busca de novas experiências que em condições normais não assumiriam. (DIAS 2008).

Como resultado das mudanças provocados pelas descobertas científicas e técnicas, pode-se afirmar que o avanço da tecnologia, da comunicação, dos meios de transportes, da redução do tempo de trabalho e do lazer ocasionou em longa escala o desenvolvimento do turismo moderno, constituído como fenômeno de massa, na qual provocou diversos efeitos no meio ambiente, na comunidade, nos centros receptores e nos ambientes naturais.

Entende-se por impacto a reação na sociedade ou no meio ambiente devido a ação humana. Qualquer que seja a atividade realizada trata-se de uma ação que causará uma ou inúmeras reações. Os impactos são construídos por um processo de mudança que não constitui apenas em uma só causa específica, mas sim por consequências de um processo complexo de interação do turista com a comunidade e seus receptores. Estes efeitos referem-se a grande modificação provocada no processo de desenvolvimento turístico nas regiões receptoras. As variáveis que provocam os impactos, segundo Ruschmann (2012), têm natureza, intensidade,

direções e magnitude diversas que quando interagem são geralmente irreversíveis no meio ambiente natural. O fato das modificações ocasionadas pelo homem há milhares de anos torna-se difícil estabelecer uma base para medir o tamanho dessa modificação no ambiente, pois o seu uso público ocorre há tanto tempo que é difícil compreender o meio ambiente sem os efeitos provocados pelo turismo.

Em face do exposto, pode-se dizer, que a realização da atividade turística é caracterizada por impactos, denominados como positivos e negativos, identificados aos níveis, **econômico, ambiental, social e cultural**. De todos estes impactos, o econômico talvez seja o mais evidente, pois incide diretamente na vida das pessoas.

Impactos econômicos: Podem ser definidos como qualquer bem e serviço que será comercializado no mercado. O turismo tem assumido uma posição de destaque no processo de internacionalização da economia, sendo considerado um setor estratégico para os países, o tornando uma atividade de grande potencial para sua expansão em escala mundial.

Dias (2008) retrata que a atividade produtiva está ligada com a criação de um valor, gerando riqueza e como consequência aumentando a utilidade destes bens. Os impactos tratados pela literatura econômica versam a respeito da balança de pagamento; em seus efeitos globais; setores de produção (geração de emprego); no setor público (gastos e receitas tributárias); bem como, nos preços (inflação, especulação imobiliária); na equidade de sistema (integração social, distribuição de renda, transferência de impostos); ordenação do território. (MCINTOSH, 2000, *apud* RABELO, 2002). Dando ênfase na inserção do turismo para beneficiar a comunidade receptora e o fluxo turístico, onde despertou diversos interesses de empresários, gestores de políticas públicas e de todo o mundo (PEARCE, 2002).

Para enfatizar esse contexto Krippendorf (2009) cita em seu livro, que a economia está conectada em todo o mundo e em suas diversas esferas.

A economia reina soberana em nossa civilização. Ela é, ao mesmo tempo, a força motora, o fim e o meio. Ela dita a conduta a adotar. A exploração dos recursos naturais, a escala de valores do homem e a política do Estado caíram sob o seu domínio e a ela estão subordinados. Houve uma “economização” de todas as esferas da existência. Do nascimento à morte, todas as atividades estão literalmente arriscadas a ser comercializadas. (KRIPPENDORF, 2009, p. 25)

Autores como Dias (2008) e Ignarra (1999), apontam os impactos econômicos mais vantajosos para uma localidade turística, estes são:

- **Turismo como efeito multiplicador:** O efeito multiplicador é um ciclo dentro do setor econômico. A demanda por um serviço afeta a demanda por bens e serviços anteriores ao final. (OMT, 2001). Levando ao crescimento de diversos setores, estes sendo: Despesas com hotéis, alimentação, artesanatos que vão sendo empregados em outros setores da economia que não estão diretamente ligados com turismo (escolas, supermercados).
- **Redistribuição de renda:** O turismo permite que a renda seja redistribuída para regiões menos desenvolvidas, como também nas regiões com as emissoras de turistas mais desenvolvidas.
- **Modificação nas estruturas de consumo:** Implica no aumento de consumo proveniente da atividade turística. Aumento nos postos de trabalho e elevação ao nível de renda.
- **Influência nos preços:** A atividade turística muitas vezes gera elevação nos preços e taxas, devido ao aumento da demanda. Elevações de preços no ramo de alimentação e bebidas, no mercado imobiliário e entre outros.
- **Especulação sobre uso do solo:** O solo é suporte físico para todo tipo de equipamento e construções instaladas. Com o crescente aumento da demanda há alterações no seu valor de mercado.
- **Investimentos:** Quando há o desenvolvimento de uma localidade, é criado um capital fixo (investimento) tanto pelo setor privado e setor público. Exigindo mais investimentos para suportar a quantidade de turistas, bem como: construções de meios de hospedagens, obras públicas, meios de transportes, alimentação.
- **Emprego e renda:** O turismo gera um número expressivo de postos de trabalho, na forma de emprego direto, como: Hotéis, agências de viagens, restaurantes.

Com base nas vantagens destacadas anteriormente e como resultado nas localidades turísticas, há que considerar diversos problemas que são enfrentados para medir e avaliar os impactos econômicos advindo do turismo nos núcleos receptores, pois a demanda é medida pelas despesas realizadas pelo turista em determinada região. Os principais segundo Smith (1989) e Ruschmann (2012):

1. Insuficiência de dados para avaliar o tamanho do impacto econômico
2. Grande quantidade de empresas envolvidas na prestação de serviços
3. A organização turística fraca em alguns núcleos receptores, dificultando na coleta de dados para análise
4. Um futuro considerado incerto, decorrente que a atividade pode variar entre o fluxo contínuo e depois retrair diante de problemas

Ruschmann (2012), cita três categorias para os impactos dentro do campo econômico, os caracterizando como: Primário, Secundário e Terciário.

1. **Efeitos primários:** No que diz respeito aos gastos realizados por turistas na localidade visitada, assim então, gerando receita para estes destinos;
2. **Efeitos secundários:** Referem-se à absorção dos gastos em outros setores da economia;
3. **Efeitos terciários:** Relacionam-se com os investimentos estimulados pela atividade turística.

Além disso, para medir os impactos econômicos tem-se maior facilidade quando comparados aos campos ambientais, sociais e culturais, pois estes possuem componentes intangíveis e de difícil mensuração por ser subjetiva, em vista do econômico.

Tendo em vista os benefícios econômicos há de considerar que usualmente não há atenção suficiente para os aspectos ambientais, culturais. É de extrema importância compreender os efeitos do turismo sem perder o foco de que todo este processo é acompanhando de mudanças na localidade.

Impactos ambientais: Toda realização de atividade, implica na utilização de recursos e que, afetará o espaço, ou melhor, no momento em que se tem a realização da atividade turística, o ambiente inevitavelmente é afetado.

De acordo com Ruschmann (2012), o rápido crescimento do turismo resultou na degradação ambiental de vários recursos naturais e que por consequência os impactos também se intensificaram.

Dias (2008) apresenta os principais impactos de grande relevância causadas pelo fenômeno turístico, estes sendo apontados como:

- **Prejuízo com os recursos naturais:** a água é um dos recursos mais essenciais que pode ser poluído e que também é utilizado em grande quantidade. A poluição em seus diversos âmbitos pode ser considerada como resultado das ações sem consciência do ser humano, como na decomposição dos lixos que posteriormente afeta a rede de esgoto e contamina o lençol freático. Com isso, muitas localidades turísticas acabam com sérios danos, como a poluição que afetam rios, mares, lagos. Este tipo de poluição agrava a fauna e flora que podem acarretar em mudanças no equilíbrio dos ecossistemas.
- **Desenvolvimento turístico:** Ocorrem devido a demanda por espaço para instalações de infraestrutura e equipamentos para as necessidades dos turistas. Temos o exemplo de: construções realizadas na beira de rios, mares, lagos.
- **Impactos físicos da realização da atividade:** Impactos pela presença dos turistas na região.
- **Megaprojetos:** Desmatamento de florestas para implementar hotéis, resorts, afim de atender os turistas, incluindo o desflorestamento pela retirada de madeiras, para a construção destes empreendimentos, as extrações afetam também os mangues no que ocasiona erosão e destruição destes habitats. No Brasil, tem afetado a Mata Atlântica, devido sua proximidade com os centros urbanos.
- **Aumento do efeito estufa:** Causado pelo grande aumento de gases na atmosfera, que retém o calor solar. O tráfego aéreo é considerado um dos maiores causadores de efeito estufa. As emissões de gases proveniente dos transportes tem origem na produção de uso de energia, gerando a chuva ácida que contribui para o aquecimento global.

É evidente que, as cidades turísticas que têm a economia elevada, chegam a dobrar a população em épocas de alta temporada caracterizando como atividade de massa. Neste direcionamento, Ruschmann (2012) descreve que o turismo de massa começou a ocorrer a partir dos anos 1950 elevando-se no transcorrer dos anos 1970 e 1980. Este acontecimento se constitui pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, na maioria das vezes nas mesmas épocas do ano. Em áreas de grande concentração de turistas a deposição dos resíduos torna-se um problema sério na produção de lixo.

Esse tipo de atividade acaba sendo considerado o grande responsável pelos desastres dos espaços naturais. Há também o superdimensionamento dos equipamentos relacionados à superestrutura dos meios turísticos, que ocupam grandes espaços, agridem paisagens e destroem ecossistemas. Além do mais, é visto que, a cultura turística destes visitantes geralmente mostra pouca ou nenhuma preocupação com a preservação da natureza ou da cultura local da localidade receptora. Essa falta de sensibilização dos visitantes faz com que eles se comportem de maneira inadequada em relação ao meio em que visitam.

Seguindo por este cenário, Ruschmann (2012) assegura que o crescimento do turismo de massa eleva em mais construções de equipamentos e serviços instalados para atender turistas, tal fato, provoca inúmeros efeitos negativos no meio ambiente, destacados como: Destruição da cobertura vegetal do solo, a devastação de florestas, erosão de encostas, ameaça de extinção de diversas espécies de fauna e flora, poluição sonora, visual e atmosférica, além da contaminação nas águas e oceanos. O autor aponta a seguir a respeito desta produção exacerbada.

Enquanto a indústria destrói para produzir, o turismo deve preservar para produzir. A harmonização do turismo com o ambiente é uma mudança na forma de pensar, uma inovação conceitual para superar uma contradição que facilmente acontece entre o turismo destrutivo e a proteção de um turismo que deve ser preservado. (RUSCHMANN, 2012, p. 29)

Por este ponto, Dias (2008) traz algumas contribuições para a conservação do meio ambiente, bem como a importância do planejamento como objetivo de estabelecer linhas gerais para que o desenvolvimento aconteça de modo ordenado e positivo.

Assim, temos benefícios que o turismo traz diante da preservação dos recursos naturais, estes, referido como:

1. Contribuição para a conservação de animais ameaçados;
2. Aperfeiçoamento do planejamento e gerenciamento ambiental;
3. Aumento da consciência ambiental;
4. Auxilia na obtenção de recursos para a preservação;
5. Geração de fonte de renda alternativa;
6. Alternativa de exploração econômica das áreas protegidas.

O planejamento da atividade turística envolve diversos atores em seu processo, principalmente por abarcar vários setores da sociedade, incluindo também os setores que não estão tão relacionados com a área planejada. O planejamento segundo Dias (2008) trata de escolher, acerca de vários cenários, aquele que vai mais ao encontro das necessidades da sociedade atual e futura. Uma atividade turística sem o planejamento tende a produzir mais impactos negativos.

Por estes pontos aqui citados, constata-se que o turismo mal planejado e com uma gestão deficiente pode ter efeitos negativos simbolizando perigos para a região e trazendo impactos ao meio ambiente, muito maior do que seus benefícios. Pois sabe-se que o turismo é dependente dos recursos naturais, constituídos como: clima, paisagem, fauna e flora, montanhas, florestas, praias e entre outros. Por isso, torna-se imprescindível impulsionar que exista um desenvolvimento harmonioso e consciente do turismo se não houver um equilíbrio com a natureza. Somente desse modo a atividade turística pode contribuir para reduzir os impactos negativos que resultarão na melhoria da conservação dos recursos naturais.

Impactos socioculturais: Os impactos socioculturais do turismo referem-se de algum modo nas sociedades receptoras, como resultado das interações que ocorrem entre os visitantes e residentes. Ao se deslocarem do seu entorno habitual, os turistas como principal agente motivador da atividade, encontram pessoas de diferentes culturas e interagem em seus tipos sociais. Para a maioria dos viajantes são a própria razão da viagem. Como estão inseridas em um contexto fora do seu cotidiano, tem-se um contato entre as diversas populações existentes, assim contribuindo para o fortalecimento da identidade. Essas interações estabelecem um contato direto com os habitantes da localidade, assim apresentando diversas implicações socioculturais relacionadas com os turistas e com os residentes.

Dias (2008) menciona que essa interação do turista com a comunidade local vai além do que é visto pela mídia e pelos estereótipos criados. Pois o contato social, permite desmitificar a imagem do outro, o tornando mais humano em seus desejos e aspirações que são avaliados dentro do contexto de seu conhecimento ao enfrentar a realidade. O turista, quando chega na região de destino, não deixa os hábitos de sua cultura para incorporar a referência autóctone. Quando viaja, o mesmo carrega seus comportamentos e costumes para a região.

Como resultado dessa intensificação das interações sociais provenientes da atividade realizada, quando multiplicadas apresentam mudanças no mundo atual. Estas atividades implicam sempre transformações, em níveis menores e maiores, mas, sempre presentes.

Dias (2008, p. 29-30) apresenta alguns problemas que podem afetar as relações entre os residentes locais com os turistas.

- **Ressentimento local resultante do choque de culturas:** A interação do visitante com a localidade receptora, podem levar ao choque cultural, motivado por vários tipos de diferenças culturais, como de valores e estilos de vida, étnicas, grupos religiosos, línguas, níveis de prosperidades e outros. Os turistas são vistos como pessoas ricas pelos residentes por possuírem objetos onde não é visto em seu meio habitual.
- **Problemas gerados pela saturação da infraestrutura:** A rotina dos moradores locais de um destino turístico pode sofrer impactos sérios devido ao uso de instalações e recursos existentes pelo visitante, assim, provocando rejeição da população local em relação aos turistas. A saturação e sazonalidade provoca um maior número de turista comparado com os moradores locais.
- **Transformação dos valores:** A presença dos visitantes provoca mudanças nos valores sociais assumidos pela comunidade receptora. Exemplos como: Prostituição, aumento na taxa de criminalidade, uso de bebidas alcoólicas e drogas, além do trabalho infantil.
- **Modificação nos padrões de consumo:** Quando há aumento de renda da comunidade receptora, há também modificações nos padrões de novos bens

consumidos. Exemplos: Aparelhos eletrônicos, roupas, na qual afetam a estrutura da comunidade local.

- **Padronização:** Há de considerar a padronização na oferta dos bens e serviços da comunidade para o melhor atendimento dos visitantes, como por exemplo, a imitação de comportamentos sociais. Mudanças de hábitos em expressões linguísticas, relacionamento que passam a ser utilizadas pelos receptores.

Há também diversos aspectos de relacionamentos entre os turistas e residentes que devem ser analisados. Alguns desses comportamentos para Dias (2008) incluem: a Resistência, atitude reservada, manutenção de limites, revitalização e adoção.

- **Resistência:** Se baseia na hostilidade e ações agressivas dos receptores em relação aos turistas e muitas das vezes contra o turismo
- **Demonstração de atitude:** Ocorre quando a comunidade anfitriã evita o contato com o turista. Alguns destes acontecimentos ocorrem quando a comunidade é dependente do turismo, mas não aceita a forma excessiva da comercialização, e em algumas razões a comunidade aceita por motivo econômico
- **Manutenção dos limites:** Está relacionado entre os diferentes atores sociais, entre os visitantes e visitados. Diz respeito em função das atividades exercidas na comunidade manter uma certa distância entre eles e o turista. Ocorrendo por exemplo em alguns grupos indígenas
- **Revitalização:** Acontece quando a comunidade considera positivo seus hábitos e costumes. Um exemplo são os festivais, rituais, cerimônias que se tornam atrações turísticas
- **Adoção:** Interação do turista e comunidade. Este acontecimento faz com que a comunidade local adote orientações e estilos de vida do turista, ou seja, estes moradores locais incorporam o turismo como parte de sua vida social e econômica

Todos estes fatores explanados acima, retratam uma experiência única e singular do turista em um ambiente novo, na qual a sua permanência na destinação é relativamente considerada por um período curto. Enquanto para moradores este processo são apenas

experiências que vão se repetindo a todo instante. Estas relações são importantes para analisar a capacidade de carga que a localidade suporta, antes que o excesso em geral prejudique a convivência destas interações (DIAS,2008).

Diante destas perspectivas, Dias (2003) elenca aspectos positivos do ponto de vista cultural.

1. **Conservação da herança cultural:** Sendo o turismo de grande relevância para constituir a preservação e conservação da herança cultural de uma região, pois este se justifica como um importante atrativo que precisa de manutenção de seu patrimônio cultural. Na medida em que se torna importante mais facilidade se encontra para garantir fundos para a sua manutenção
2. **Fortalecimento da identidade cultural:** Em um destino há o contato entre as culturas dos turistas e moradores. Ao colocadas as suas peculiaridades e diferenças se resulta em um sentimento de pertencimento a um determinado grupo social, e isto passa a ter um valor com o turismo.

Embora o turismo seja visto como principal fator de geração de emprego e renda, valorizando nas estratégias de desenvolvimento de vários países, é notório que, a sua utilização deve ser cuidadosamente analisada, pois ao mesmo tempo em que os mais diversos fatores, externos e internos, geram impactos à prática humana, ao ser realizado, este também contribui para os diversos campos externos a si. Por isso é de extrema importância que os impactos econômicos, socioculturais e ambientais, positivos e negativos, sejam estudados pela academia e pelo mercado turístico⁸, dando ênfase à importância do planejamento, que busca definir e alcançar objetivos para o futuro em uma tentativa de alcançar uma direção desejada.

1.4 MEIOS DE HOSPEDAGEM

A atividade turística está relacionada ao deslocamento e permanência do viajante por tempo determinado do seu local habitual. Como ponto fundamental, juntamente com os meios

⁸ Onde ocorre o contato entre turistas e aqueles que comercializam produtos turísticos, sejam indivíduos ou empresas. (DIAS, 2008, p.51).

de transportes são os meios de hospedagem como forma de realizar o turismo, pois para acontecer a interação é necessário a estadia desse ator na localidade receptora (DIAS, 2008).

A Lei Geral do Turismo em seu artigo 23º, considera meios de hospedagem:

Art. 23. Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária (LEI Nº1.771/2008 art. 23º)

O Sistema Brasileiro de Classificação de Meio de Hospedagem (SBCLASS)⁹ estabeleceu sete tipos de Meios de Hospedagem, para atender a diversidade da oferta hoteleira nacional (Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada e Flat/Apart-Hotel) e utiliza a consagrada simbologia de estrelas para diferenciar as categorias.

Dentro do pressuposto do presente trabalho, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem avalia os *resorts* como quatro ou cinco estrelas. O *resort* de categoria quatro estrelas devem atender a requisitos mínimos de infraestrutura, serviços e sustentabilidade e o *resort* cinco estrelas, deve considerar uma série de requisitos adicionais que o diferencia das categorias entre si. Estas avaliações são essenciais para orientar tanto os clientes, a respeito dos aspectos físicos e operacionais que podem ser encontrados nos diversos tipos e categorias de hotéis, como aos gestores sobre os requisitos e padrões que estes estabelecimentos deverão possuir (MENEZES; SILVA, 2013).

1.4.1 RESORTS- CONCEITO, BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E CRESCIMENTO NO BRASIL

O Ministério do Turismo (2010) e o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBCLASS) definem resort como “Hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que oferece serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento”.

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT) “resorts são destinos turísticos

⁹ O SBClass foi elaborado de forma participativa, por meio de uma ampla parceria entre o Ministério do Turismo, o Inmetro, a Sociedade Brasileira de Metrologia – SBM e a sociedade civil, e adotado como estratégia para o país, aumentando a competitividade do setor. Para solicitar a classificação é obrigatório que o meio de hospedagem esteja com o cadastro válido no sistema Cadastur. Disponível em: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Sobre.action?jsessionid=1F5E60A39B72865C0F0668149DF9D9FA>> acessado em> 09/11/18

integrados e relativamente independentes, que oferecem uma variedade de instalações e atividades para os turistas”.

World Wild Foundation (WWF) comenta sobre a construção de empreendimentos (*resorts*), em Área de Proteção Ambiental:

“[...]quando localizado em área de conservação ou em equilíbrio ambiental, sua construção deve ser antecedida de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de planejamento e uso do solo, sempre tendo em vista a conservação ambiental. Deve ter condições de se classificar nas categorias “luxo” e “luxo superior” e possuir, ainda, áreas não edificadas, infraestrutura de entretenimento e lazer significativamente superior à dos empreendimentos não classificados nessa categoria (WWF, 2003, p.439)

A Associação Brasileira de Resorts (ABR) também declara a conceituação de *resorts*:

“É um empreendimento hoteleiro de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltado para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, na qual o hospede não precise se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento.” (ABR, 2018).

A história do que conhecemos como *resort* hoje é oriunda dos spas¹⁰ e das casas de banho existentes no Império Romano. No entanto, os *resorts* são caracterizados como um fenômeno recente, associado à grande expansão do turismo registrada após a Segunda Guerra Mundial. (BSH, 2004).

De acordo com Oliveira (2005), em 1976 surge no mundo uma ideia moderna de *all inclusive* que seria incorporada no Brasil anos depois. Esse novo conceito consistia na junção dos serviços de hospedagem, alimentação, lazer e entretenimento cobrados em tarifas. No fim dos anos 1970 e começo dos 1980, surge um dos principais empreendimentos hoteleiros do país, o Club Mediterrané, instalado por uma empresa francesa, sendo o primeiro empreendimento hoteleiro internacional no país. O Club Mediterrané surge como um *resort* destino, ou seja, foi o primeiro empreendimento do setor a ser considerado o próprio atrativo principal, no qual os hóspedes não necessitavam sair do empreendimento para aproveitar as férias. No Brasil, em específico no Nordeste, foi criada a rede do Club Med Itaparica, na Bahia.

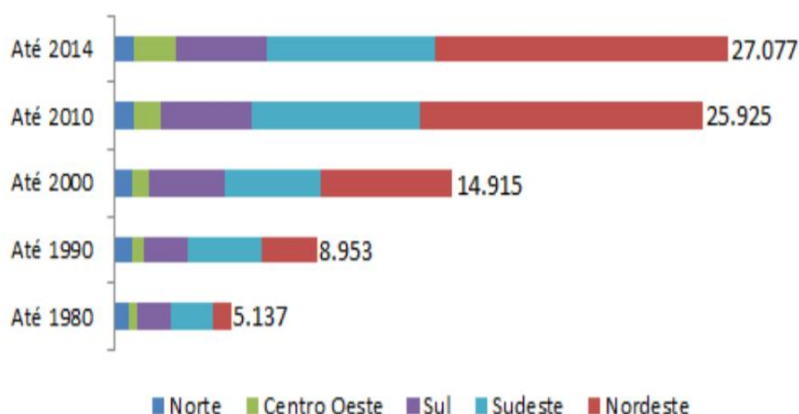
¹⁰O primeiro resort com conceito de Spa surgiu em 1326 d.C. na Bélgica, que significa saúde pela água, localizada perto da cidade de Liege. Lá, o metalúrgico Colin Le Loup se curou de uma doença grave com banhos regulares numa piscina natural local, cuja água era rica em ferro. Em agradecimento, ele construiu na localidade um alojamento para receber outras pessoas, que passou a se chamar Spau, que significava *fonte* (MILL, 2003).

O mercado de *resorts* vem sendo desenvolvido com base na concepção de se tornar um megaempreendimento, e se diferencia dos outros meios de hospedagem similares, devido a sua temática e instalações recreativas, pois estão localizados em áreas que tem vantagem de características naturais e oferecem mais recursos e serviços de bem-estar para seus hóspedes assim, eles não precisam se deslocar para fora do empreendimento, já que, se encontra tudo disponível. Ao criar um empreendimento de megaestrutura como é o caso dos *resorts*, é importante pensar em um planejamento ideal, pois a sua instalação é capaz de gerar impactos positivos e negativos que podem afetar direta e indiretamente o próprio *resort*, a comunidade e o meio ambiental na qual estão inseridos.

Até meados dos anos 1980, o crescimento do número de *resorts* no país ainda era menor aos anos atuais. A abertura política de 1985, a Constituição de 1988 e a estabilidade política no país contribuíram para que essa situação mudasse, entretanto, o principal responsável pelo desenvolvimento dos *resorts* nacionais e internacionais no fim da década foi a BSH International¹¹.

A BSH International elaborou em seu último documento no ano de 2014, o relatório denominado “*resorts no Brasil 2014*”, que aponta em meados dos anos 2000 o crescimento das instalações hoteleiras no Brasil. A Figura (01) ilustra o crescimento dessas Unidades Habitacionais (UH’S) nos resorts.

Figura (01)- Evolução do número de UH’s Resorts por região:



Fonte: BSH International, 2014.

¹¹ A BSH Internacional, criada em 1989, é uma empresa de consultoria pioneira de investimentos no setor hoteleiro. Disponível em: <<http://www.bshinternational.com/Historia>> acessado em: 09/11/201

Nesse contexto, o Nordeste é colocado como principal destino para investimentos em resorts, que antes se encontravam predominantemente nas regiões Sul e Sudeste do país, em locais mais afastados dos grandes centros.

Entre os anos 2010 e 2014, houve um aumento de 1.152 apartamentos de quatro empreendimentos introduzidos no mercado entre 2012 e 2013, sendo dois no Nordeste e dois no Centro-Oeste.

De acordo com pesquisas do ano de 2014 da BSH International, existem 119 empreendimentos considerados resorts no Brasil. Aproximadamente 44% encontram-se no Nordeste. No total, há cerca de 27 mil unidades habitacionais sendo ofertadas.

Figura (02). Oferta resorts

Oferta Atual			
Regiões	Resorts	Resorts	UHs
Norte	3	2,52%	859
Nordeste	53	44,54%	12.954
Centro Oeste	9	7,56%	1.832
Sul	17	14,29%	3.992
Sudeste	37	31,09%	7.440
Total	119	100,0%	27.077

Fonte: BSH Internation, 2014.

CAPÍTULO 2 – SUSTENTABILIDADE

A discussão da temática sustentabilidade, em sua perspectiva global, se consolida como um dos temas mais abordados na atualidade e sua origem está ligada desde o primeiro contato do ser humano diante a natureza. Esta relação implica o homem como dominador da natureza e não mais como parte dela, apontando a dependência da humanidade para com o meio ambiente.

Essa distinção entre homem e natureza torna-se possível pensar em dois tipos de ambiente: **o natural e o produzido**. Sendo o natural aquele que não possui diretamente a ação do homem e o produzido está na condição de alteração do meio ambiente realizada pela ação humana.

Conforme destaca Teles (2011):

A sociedade contemporânea, estruturada numa dinâmica complexa e contraditória, definiu uma organização interna, que representa um conjunto de mediações e relações que desencadeou consideráveis mudanças na relação homem-meio, levando os homens a se relacionarem com a natureza para transformá-la em produtos, fato que pode ser entendido ao observarmos o processo de ocupação do território e sua relação com a natureza (TELES, 2011, p. 5).

O desequilíbrio ambiental tornou-se, aos poucos, mais evidente, na medida em que os conflitos gerados eram considerados reflexos do próprio modo de produção, decorrente do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade contemporânea, em específico após a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, em meados do século XVIII expandiu rapidamente pelo mundo, o que levou a exploração descontrolada dos recursos naturais por visar apenas a produtividade com foco no crescimento econômico e abriu as perspectivas na geração de riqueza, assim ocasionado sérios problemas ambientais, como: alta concentração populacional devido ao crescimento dos centros urbanos, consumo excessivo desses recursos naturais (alguns não renováveis – petróleo/carvão mineral) além das contaminações de rios, poluição do ar, água, solo, vazamento de produtos químicos e entre outros (DIAS, 2008).

O mesmo autor, retrata que o problema do crescimento econômico desordenado foi desencadeado por um processo jamais visto pela humanidade, proveniente do resultado da grande quantidade de energia e dos recursos naturais, que acabaram por configurar em um cenário de degradação contínua do meio ambiente.

A década de 1960 presenciou os primeiros grandes movimentos no sentido de preocupações com o planeta em resposta ao período de rápido desenvolvimento da Revolução Industrial e do pós-guerra (COOPER,2007). Neste período as discussões sobre desenvolvimento começaram a repercutir, gerando marco das preocupações do homem moderno com o meio ambiente.

Entre os anos de 1960 e 1980 ocorreram vários desastres ambientais, dentre eles destacados – a baía de Minimata¹², no Japão, o acidente de Bhopal¹³, na Índia, o acidente na usina nuclear de Chernobyl¹⁴, na extinta União Soviética e o vazamento de petróleo do Exxon Valdez¹⁵. Esses desastres comprovaram a influência do crescimento desordenado na vida da população.

Diegues (1992, *apud* Dias, 2008) menciona em seu livro, a crise do petróleo que chegou a nível culminante em 1973 e 1979 destacando os diversos modelos econômicos de desenvolvimento baseados no uso intensivo dos recursos, considerados, até então, inesgotáveis. Estas consequências fizeram com que os países enfrentassem em curto prazo, uma das maiores ameaças vistas pelos ecologistas, a escassez dos recursos naturais.

¹²**Minamata**, foi o palco da maior catástrofe ambiental causada por mercúrio na história do homem. O mercúrio, em sua forma orgânica foi jogado ao mar por uma indústria química japonesa a Chisso Chemical Corporation. Disponível em < <https://www.linkedin.com/pulse/o-mal-de-minamata-cidade-onde-os-gatos-dan%C3%A7avam-e-pessoas-campos>> acesso em: 18 de outubro de 2018

¹³O Desastre de **Bhopal**, foi um acidente industrial que ocorreu na madrugada de 1984, em Bhopal, quando 40 toneladas de gases tóxicos vazaram na fábrica de pesticidas da empresa norte-americana Union Carbide. Disponível em: <<http://professoralucianekawa.blogspot.com/2015/01/bhopal-o-maior-acidente-quimico-da.html>> acesso em: 18 de outubro de 2018

¹⁴O acidente de **Chernobyl** ocorreu em abril de 1986 e foi o mais grave na história da energia nuclear comercial. A explosão do reator nuclear causou uma enorme liberação de resíduos tóxicos em grandes áreas da Bielorrússia, da Ucrânia e da Rússia. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/acidente-de-chernobyl/>> acesso em: 18 de outubro de 2018

¹⁵ Em 24 de março de 1989, o navio **Exxon Valdez** bateu em rochas, no Alasca, provocando um dos maiores desastres ecológicos do mundo. O rombo no casco do navio derramou 40 milhões de litros de petróleo, em uma região sob proteção ambiental, pela beleza da flora e da fauna. Disponível em: <<http://www.comunicacaoecrise.com/site/index.php/artigos/685-ha-25-anos-o-exxon-valdez-afundava-no-petroleo-e-na-comunicacao>> acesso em: 18 de outubro de 2018

A partir desses questionamentos e da grande problemática houve uma maior preocupação para prevenir situações possíveis de danos ambientais, fato que gerou contestações e estudos publicados a respeito do detrimento deste modo de produção baseado no crescimento econômico. Em consequência a essas preocupações com o meio ambiente, foram elaborados livros, documentos, cartas, eventos e realizadas as conferências. As principais sendo: O livro de Rachel Carson, *Silent Spring* (1962), Relatório Clube de Roma (1972), a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Estocolmo-1972), o Relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum (1987), Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-1992/ RIO-1992), a Agenda 21, Rio+5 (1997), Rio+10 (2002), Rio+20 (2012). (DIAS, 2008).

O aumento da consciência ambiental da sociedade em relação a degradação do meio ambiente começou a decorrer pelo fim do século XX. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, suscitou ao início da discussão do que seria hoje o desenvolvimento sustentável, que surgiu como objetivo de harmonizar as diversas dimensões que até então era só visto o viés econômico.

Em 1962 nos Estados Unidos, o livro *Silent Spring*, de Rachel Carson, destacou os perigos causados pelo uso de inseticida, o DDT¹⁶ para alertar a população a reagir contra o abuso dos pesticidas químicos que geravam impactos sobre o meio ambiente e sobre o próprio homem. Com a repercussão da obra e após as investigações sobre o caso, foram emitidos relatórios favoráveis a autora e tiveram forte impacto na opinião pública. No entanto, o Senado dos EUA proibiu uma parte na utilização do DDT até a data em que este foi totalmente banido.

Em seu livro, Carson alertou sobre a importância da conscientização da humanidade de que a natureza é vulnerável à toda forma de intervenção humana. Pela primeira vez, sentiu-se a necessidade de regulamentação da produção industrial de modo a proteger o meio ambiente.

Na sequência desses acontecimentos, no ano de 1968 foram realizados três encontros fundamentais para tratar dos problemas ambientais (DIAS, 2008 p. 31).

¹⁶O Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) é um inseticida de baixo custo. O pesticida DDT penetrava na cadeia alimentar e se acumulava nos tecidos gordurosos dos animais e até mesmo do homem, o que poderia causar câncer e dano genético.

1. Estiveram reunidos em Roma no ano de 1968 um grupo de cientistas, educadores, diplomatas, empresários de nível nacional e internacional com objetivo de tratar assuntos relacionados ao uso indiscriminado dos recursos naturais em termos mundiais. Desse encontro surgiu o Clube de Roma, onde os participantes se comprometeram a sensibilizar diversos líderes mundiais das consequências em longo prazo da crescente interdependência global dos recursos que são utilizados de forma indiscriminada.
2. Assembleia das Nações Unidas decide realizar em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, uma conferência mundial sobre o meio ambiente humano.
3. Conferência sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera, promovido pela Unesco em Paris. Lançando o programa “*O Homem e a biosfera*” (MAB) em 1971, com a participação de representantes e observadores de diversos países, tais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), a União Internacional para a conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN). O programa versa tratar conjuntamente os problemas da conservação dos ecossistemas. A partir de 1976, foi criada uma rede mundial de áreas protegidas denominadas *Reservas da Biosfera*, com o objetivo de conciliar a conservação da diversidade biológica.

O Clube de Roma, por sua vez, foi importante por estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da explosão demográfica, poluição e esgotamento dos recursos naturais provenientes da industrialização e urbanização, alertando sobre o esgotamento próximo das reservas naturais. A partir dos estudos produzidos, quatro pontos foram elencados como questões que deveriam ser solucionadas para o alcance da sustentabilidade, estes seriam: o controle do crescimento populacional; o controle do crescimento industrial; a insuficiência da produção de alimentos; e o esgotamento de recursos naturais. Em 1972, este documento foi publicado como *Limites do Crescimento*, no qual previa a uma escassez catastrófica dos recursos naturais a níveis perigosos de contaminação pelos próximos anos. O documento foi importante para o debate na Conferência de Estocolmo.

Com base nos quatro pontos elencados acima, (MEADOWS, 1973, *apud* DIAS 2003

p. 74) chegaram na seguinte conclusão:

1. Se continuarmos dentro do crescimento população mundial- industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais. Os limites de crescimento planetário serão alcançados dentro dos próximos cem anos
2. Havendo possibilidade de atingir estabilidade ecológica e econômica, nesse estado de equilíbrio global, as necessidades básicas de qualquer pessoa seriam satisfeitas
3. Quanto mais cedo a população mundial trabalhar para alcançar o equilíbrio global, maior serão as possibilidades de êxito.

Em 1972, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo¹⁷, na Suécia, onde, estavam presentes 113 países, originando-se uma nova dinâmica para reconhecimento mundial. A conferência ponderou a respeito da sensibilização dos países em desenvolvimento para com suas responsabilidades frente ao meio ambiente. Traz em sua declaração orientações para reconhecer o meio ambiente como bem a ser protegido e a garantir um quadro de vida dos recursos naturais. Ainda neste tempo, a expressão sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável não tinha sido conceituada.

Le Prestre (2005) destacou quatro principais fatores que levaram a realização da conferência, são:

1. Preocupações na mudança climática e os problemas na quantidade e qualidade da água
2. Aumento de catástrofes ambientais e os efeitos visíveis dessa degradação. Como: Desaparecimento de território selvagem, modificação de paisagem e acidente as marés negras
3. Crescimento econômico acelerado transformando os modos de vida da sociedade
4. Problemas identificados no fim dos anos 1960 por cientistas, como : Chuva

¹⁷ Durante a conferência de Estocolmo a ONU instituiu o Dia mundial do meio ambiente que passou a ser comemorado no dia 05 de junho (DIAS, 2003).

ácida, poluição do mar báltico, acumulação de metais pesados e de pesticidas que afetam aves e peixes

Para tanto, o relatório do Clube de Roma e a Conferência das Nações Unidas, foi de grande relevância para a abordagem dos problemas em óptica global, assim estabelecendo preocupações normativo institucional tanto no âmbito da ONU quanto dos Estados (criação de ministérios, organizações governamentais, legislação ambiental). A conferência da ONU em 1972 gerou a declaração sobre o ambiente humano e produziu um plano de ação mundial, com objetivo de orientar a preservação e a melhoria no ambiente humano. Como resultado do evento foi instituído a criação do Programa das Nações Unidas sobre o meio ambiente (PNUMA) para coordenar ações internacionais de proteção ao meio ambiente e promoção ao desenvolvimento sustentável. (DIAS, 2003).

Em 1983, é formada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CNMAD), presidida pela ex-Primeira Ministra da Noruega, a médica Gro Harlem Brundtland, com o objetivo de formular propostas para tratar das questões críticas ambientais e incentivar governos, empresas, organizações voluntárias e indivíduos na área ambiental.

Atualmente a definição mais aceita de desenvolvimento sustentável, foi a consagrada no Relatório Brundtland, conhecida como “*Nosso Futuro Comum*” de 1987 e difundido durante a realização da Rio-92. Segundo Dias (2008) o informe Brundtland, da Comissão Mundial para o Meio ambiente e o desenvolvimento, pode ser considerado um dos mais importantes documentos sobre questões mundiais e o desenvolvimento nos últimos anos.

O documento *Nosso Futuro Comum* foi referência para os debates que ocorreram na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CNMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, onde popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável.

Conceituou-se Desenvolvimento Sustentável como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades e aspirações” (WCED, 1987, p.9), elencados por autores como Sachs, Swarbrooke, Ruschmann, Dias, Azevedo, e tantos outros preocupados com a manutenção da vida na terra.

Realizado ao longo de quatro anos, por solicitação da Organização das Nações Unidas (ONU), os preceitos estabelecidos no relatório de Brundtland, parte de uma visão complexa das causas dos problemas econômicos e ecológicos que vem afetando mundialmente, como a limitação dos recursos naturais e a importância da união dos países através de políticas sustentáveis, para evitar possíveis degradações. A ponto de atrelar a economia, tecnologia, sociedade e política, como também trazer uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros que compõe a sociedade, assim então, apontando medidas para serem tomadas no nível do Estado.

Em 1989, pela resolução 44/228, a Assembleia Geral da ONU convocou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) a ser sediada no Rio de Janeiro – Brasil. Um de seus vários objetivos era discutir as propostas do relatório *Nosso futuro Comum* e comemorar os 20 anos da *Conferência de Estocolmo*. No entanto, houve um acordo unânime em favor de criar um novo projeto para o próximo século seguinte, estes são:

- Agenda 21
- Convenção sobre a biodiversidade (CDB)
- Convenção sobre mudanças do clima
- Princípios para a administração sustentável das florestas
- Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento

Seguindo a linha temporal, desde a publicação do Relatório Brundtland, diversas ações têm sido promovidas com o intuito de debater a questão da sustentabilidade. A Conferência do Rio 92 ou Eco 92, realizada em junho de 1992, registrou a presença de 179 países e 112 chefes de Estados, dados recordes nos encontros promovidos pela ONU. O evento trouxe como objetivo, buscar meios que eliminassem as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos por meio de ações que possibilitassem preservar os recursos naturais.

Desta reunião, produziram-se vários documentos oficiais e três convenções no que diz respeito a biodiversidade, desertificação¹⁸ e mudanças climáticas, além da Agenda 21 –

¹⁸ É um processo que intensifica a aridez dos solos em áreas áridas, semiáridas e subúmidas.

um documento com 2.500 recomendações para serem adotadas em escala global um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. O documento cita dez áreas de ação, são elas: minimização de resíduos; eficiência na energia, conservação e gerenciamento; gerenciamento dos recursos de água doce; gerenciamento do esgoto; substâncias perigosas; transporte; planejamento e gerenciamento do uso da terra; envolvimento dos funcionários, clientes e comunidades nas questões ambientais; design para a sustentabilidade e parcerias para o desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2010).

Com o objetivo de analisar o programa da Agenda 21, foram realizadas outras três conferências, estas sendo em:

- 1997 – (Rio+5) Nova York. Com adoção de uma agenda complementar denominada *metas do desenvolvimento do milênio*. A qual gerou uma lista de objetivos para a agenda global do século XXI
- 2002 – (Rio+10) Johannesburgo– África do Sul. O evento reuniu representantes de 189 países, além da participação de centenas de Organizações Não Governamentais (ONGs).
- 2012– (Rio+20) Rio de Janeiro– Brasil. Para marcar os 20 anos da Rio-92, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, em junho de 2012. A Conferência contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas

Os fatos históricos aqui citados demonstram os reflexos da evolução nas políticas ambientais iniciada após a década de 1960, que são visíveis.

Nesse contexto, buscou-se nos diversos eventos e conferências relacionados ao meio ambiente a necessidade de acompanhamento pelos próprios países, na perspectiva de estudos e recursos ligados a problemática ambiental no cenário mundial, assim então, levando vários países a criar instituições adequadas e programas em defesa do meio ambiente.

2.1 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO

A sustentabilidade envolve a compressão de diversos cenários e dimensões para alcançar o desenvolvimento racional da atividade, de modo que possa se tornar efetivamente sustentável (BENI,2006). No entendimento de Sachs (1999), a sustentabilidade prevê um conceito dinâmico que leva em conta as necessidades crescentes das populações num contexto internacional em constante expansão. Para este autor, a sustentabilidade tem como base oito dimensões principais: social; cultural; ecológica; ambiental; territorial; econômica; política nacional e internacional (SACHS, 2009).

- **Dimensão Ambiental:** Para o turismo, compreende-se como atrativo as belezas cênicas de áreas naturais e os componentes dos ecossistemas, que fazem parte do produto turístico. (SACHS, 2009).

Beni (2006) e Sachs (2009) Ressaltam do interesse em respeitar e realçar a capacidade de restaurar os ecossistemas, bem como a sua proteção - “O ecossistema além de constituir as paisagens, cumprem um papel fundamental dos ciclos de vida dos recursos” (Beni, 2006, p. 100).

Beni (2006) aponta linhas de ação para a sustentabilidade ambiental:

- Criação de áreas protegidas como forma de proteger a biodiversidade e garantir a preservação dos atrativos naturais com avaliação da capacidade de suporte.
- Apoio ao manejo das áreas protegidas e ao uso do turismo de forma consciente
- Estimular a gestão de áreas protegidas abertas a visitação e a capacidade de guias locais que juntam o conhecimento tradicional ao específico
- Apoio aos pesquisadores como forma de conhecimento do acervo natural e do funcionamento dos ecossistemas
- **Dimensão Social:** Implantação de ações que possam promover a satisfação das necessidades básicas humanas. A sustentabilidade social não está ligada aos ganhos do ser humano, mas como um meio de melhoria na qualidade de vida (BENI,2006).

Para Sachs (2009) a dimensão social busca o alcance de um patamar de homogeneidade social, com base na distribuição justa de renda, emprego pleno e qualidade de vida de forma igualitária no acesso aos recursos e serviços sociais.

- **Dimensão econômica:** A busca por um desenvolvimento equilibrado e seguro com capacidade de modernizar os instrumentos de produção, para que tenha autonomia em pesquisa científica e na tecnologia (SACHS, 2009).

Beni (2006) ressalta algumas linhas potenciais de ações para a dimensão econômica:

- Investimento na capacidade de desenvolvimento de negócios turísticos para o empreendedor, visando as diretrizes sustentáveis, além de ampliar a oferta de crédito direcionada a projetos sustentáveis
- Melhoria permanente na qualidade de serviços
- Adotar incentivos para projetos de geração de renda
- Avaliar a sensibilidade dos investimentos turísticos para a geração de emprego
- **Dimensão cultural:** A contribuição do turismo sobre a cultura local está constatada em todas as destinações turísticas. Os fluxos turísticos de menor ou maior intensidade é composto pela realização dos consumos culturais. A cultura não está relacionada apenas com patrimônio ou folclore, entretanto, inclui costumes e hábitos da tradição do lugar o qual determinada comunidade faz parte (BENI, 2006).
- **Dimensão política e institucional:** Pressupõe cuidados com os interesses coletivos e nos processos decisórios, afim de normatizar e implementar os caminhos democraticamente escolhidos. É de grande relevância para o turismo, no qual é constituído uma complexidade de ações e a interdependência dos setores que requerem convergências e sintonias difíceis de serem implementadas (BENI, 2006). As diretrizes passam essa dimensão são: política e institucional, marco normativo, planos e programas e instrumentos para implementação de políticas.

“A aplicação dos princípios da sustentabilidade no turismo integra-se à dicotomia existente entre sua ampla difusão e das limitações dos progressos alcançados” (DIAS, 2008 p.71). Pelo entendimento de Dias (2008), entende-se que, paralelamente ao crescimento da consciência ambiental, o turismo se desenvolveu rapidamente e nessa mesma perspectiva originou-se maior discussão no que diz respeito ao seu desenvolvimento e acerca dos efeitos ambientais, socioculturais e econômicos. Por isso, é imprescindível a participação do Estado e do planejamento, para um melhor desenvolvimento turístico. (DIAS,2008)

No entanto, Dias (2008) aponta estratégias que podem ser utilizadas para o desenvolvimento do turismo, são elas:

- A necessidade de conhecer profundamente o espaço socioeconômico no qual se pretende realizar o desenvolvimento do turismo, como forma de diagnóstico para identificar as potencialidades e lacunas de oportunidades de um determinado local
- O planejamento deve ser integral, incluindo todos os aspectos que o envolvam, como: econômico, ambiental, cultural, territorial e entre outros.
- Importância do gerenciamento da demanda turística, como forma de estabelecer as áreas de atuação no mesmo território; e conhecer a capacidade de carga que cada localidade suporta em função do seu atrativo
- Estabelecer mecanismos da participação da população, pois se não incluir a comunidade não há o desenvolvimento turístico sustentável
- Preocupação com a qualidade ambiental e acompanhamento no tratamento das águas residuais, o abastecimento da água potável e recolhimento do lixo. Além do monitoramento e proteção eficaz da evolução das espécies da fauna e flora
- Conceder incentivos que beneficiem o meio ambiente

Para atingir a sustentabilidade de uma destinação turística é de extrema importância estabelecer um esforço integrado dos diversos atores envolvidos no processo, estes sendo: os residentes, os turistas, governantes, empresários, operadores e entre outros, que buscarão integrar as dimensões da sustentabilidade aqui citadas, estabelecendo um desenvolvimento gradual.

CAPÍTULO 3 – SAUÍPE

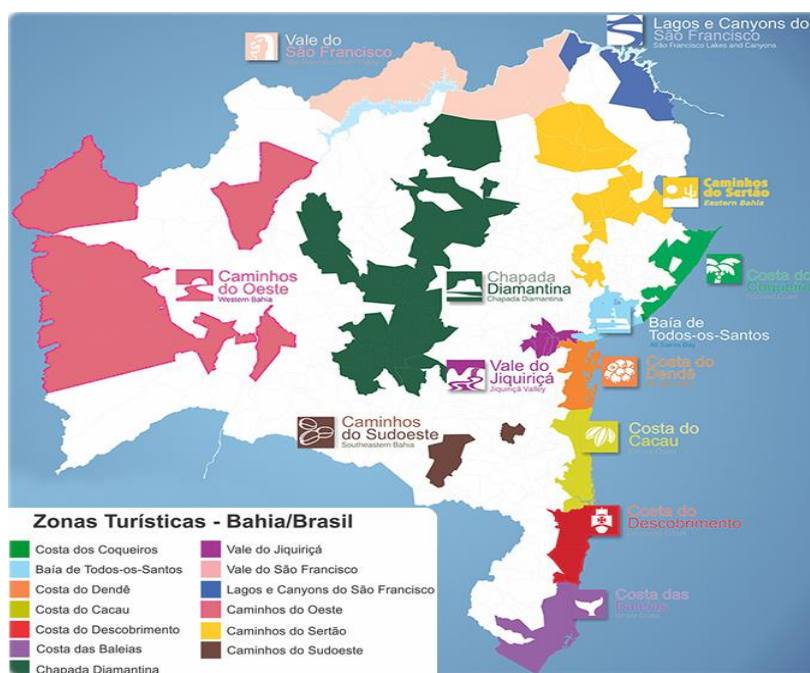
Para melhor compreensão da temática da presente monografia, há de considerar abordar sucintamente a caracterização do Estado da Bahia e do desenvolvimento do turismo na região, para assim, chegarmos ao objetivo específico da pesquisa, que é contextualizar o planejamento inicial do Complexo Costa de Sauípe, localizado na área de proteção ambiental do litoral norte da Bahia (APA LN-BA).

3.1 – A ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO DA BAHIA

O Estado da Bahia, localizado na Região Nordeste do Brasil, possui por um litoral de 1.183 km e uma população estimada no ano de 2018 de 14.812.617 milhões de habitantes, distribuída em 417 municípios (IBGE,2018). Nesse sentido, a Bahia configura-se em um cenário de riquezas naturais e culturais existentes em todo o seu território, e com grande potencial para o desenvolvimento do turismo. Desse modo, foram estabelecidas 13 regiões turísticas presentes no mapa nacional da regionalização do Ministério do Turismo (MTUR, 2016).

O mapa a seguir Figura (03) ilustra a geografia turística da Bahia:

Figura (03)- Mapa das Zonas Turísticas da Bahia.



Fonte: Setur/Governo do Estado Da Bahia, (2013)

Estima-se que, o planejamento estadual da atividade turística na Bahia, teve seu desenvolvimento nos anos 1960 e 1970 com a criação da Bahiaturisa¹⁹ (1968), do Conselho Estadual de Turismo (1971) e da Coordenação de fomento ao turismo (CFT). Em função de sua criação, foram definidas estratégias com foco na promoção da Bahia no mercado turístico nacional além da construção de meios de hospedagem.

Em 1973 foi criada uma subsidiária da Bahiaturisa – intitulada como Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A.²⁰(EMTUR), empresa voltada para a criação da rede hoteleira e a Bahia Convenções S.A (CONBAHIA) para gerenciar os centros de convenções. Em 1979 o Conselho Estadual de Turismo (CETUR) e Coordenação de fomento ao turismo (CFT) foram extintos (BRASILEIRO, 2008).

¹⁹ A Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiaturisa) nasceu através da Lei Estadual nº2.563, de 28 de agosto de 1968, para fomentar o setor hoteleiro no Estado. Em 1973, por indicação da equipe da Secretaria de Indústria e Comércio, teve sua estrutura reorganizada pelo Decreto nº 22.317/73 para Empresa de Turismo da Bahia S.A. Em 2014, se tornou Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia. Disponível em: < <http://www.bahiaturisa.ba.gov.br/>> acessado em: 30/10/18

²⁰ Responsável pela construção de hotéis em cidades consideradas prioritárias para o turismo (BRASILEIRO,2008)

Posteriormente, nos anos 80 foram realizadas estratégias voltadas para o mercado internacional, resultando nos anos 90 com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)²¹ pelo Governo Federal.

O PRODETUR NE/BA I foi realizado entre os anos de 1991 a 2005, e foi um plano governamental denominado de programa de desenvolvimento turístico. De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (2005, p. 5) em relatório final de projeto apresentado ao Banco Interamericano de desenvolvimento, o programa teve por objetivo “reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional” (BRASILEIRO, 2008, p. 64).

O Governo do Estado da Bahia identificou os atrativos turísticos existentes no Estado, resultando na criação de sete zonas turísticas para a expansão da atividade no estado e para o fomento do desenvolvimento do turismo. Essas zonas são: Costa dos Coqueiros, Baía de todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina (CARDOSO, 2005). Ao definir as sete zonas, levaram-se em consideração os aspectos naturais e culturais presentes em cada território municipal.

3.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO LITORAL NORTE – BA

O litoral Norte²² da Bahia começou a ser ocupada em meados do século XVI, desempenhando um papel de grande relevância na economia açucareira que florescia no recôncavo baiano, com produtos das mais variadas espécies, assim estruturando sua economia com base na pecuária extensiva, extrativismo vegetal e animal em torno da agricultura de subsistência, sendo essas atividades econômicas fundamentais para a manutenção da população local. (CARDOSO, 2005).

Com a descoberta do petróleo no estado, entre os anos 1950 e 1960, foi constituído o primeiro elemento de dinamização da economia na região, sendo implementada a Petrobrás nos municípios de Pojuca, Mata de São João, Itanagra, Entre Rios e Cardeal da Silva. A partir disso houve grande geração de renda na região, quando o poder aquisitivo de seu entorno gerou novas

²¹ Programa criado para o desenvolvimento turístico através da implantação e da melhoria da infraestrutura de apoio ao turismo, construção de aeroportos e de rodovias, saneamento básico, preservação ambiental, recuperação do patrimônio histórico, etc., com o objetivo de atrair investimentos nacionais e estrangeiros (JACOB, 2003, p.4).

²² Litoral Norte no que concerne a Região Econômica Litoral Norte, uma das 15 unidades de planejamento definidas pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia.

demandas no setor imobiliário e na construção civil, fato que gerou valorização das terras, acentuando a concentração de propriedades.

A década de 1970 é marcada pela mudança introduzida na região com a atividade do reflorestamento atingindo quase todos os municípios de sua área, com a plantação de *pinus e eucaliptos*. Este acontecimento, segundo o Instituto de Hospitalidade (1997) atingiu os pequenos proprietários que foram afastados de suas terras pelas empresas reflorestadoras, em virtude da desvalorização provocada pelas florestas replantadas e as formas ilegais de ocupação das áreas. Afastados, esses pequenos proprietários estes tornaram-se assalariados nas empresas de reflorestamento, de tal modo que a população ficou dependente do trabalho sazonal e limitado, passando a ocupar as áreas menores e periféricas da região, que também se tornou alvo para a política de incentivo fiscal do governo estadual para o fomento da indústria de celulose que ocasionalmente atenderia uma demanda internacional.

Os impactos socioambientais advindos da empresa de reflorestamento mobilizaram atores sociais interessados na ocupação e definição de investimentos para a região, grupos de ambientalistas, pescadores, proprietários de terra, grupos econômicos (Federação das Indústrias da Bahia e a Construtora Norberto Odebrecht – na época proprietária de grande extensão de terras na região) (COUTO, 2003).

Pelo fim dos anos 1970 e início de 1980, aconteceram grandes mudanças no cenário regional, com a criação de novos caminhos de terra para estradas, ocasionando em mudanças na base das relações de produtividade local.

O desenvolvimento da atividade turística no Litoral Norte Da Bahia teve seu início com a instalação de um *resort* na praia do Forte. Em razão disso, e por conta do crescimento populacional decorrente da instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), foram implementados alguns loteamentos na área costeira dos municípios de Mata de São João e Entre Rios.

Contudo, no início dos anos 90, emergiu a política governamental de incentivo e fomento ao setor do turismo, sendo considerada uma alternativa econômica adequada e ambientalmente mais limpa. Desta forma, o litoral norte passou a ser preparado para a construção de empreendimentos turísticos.

A inclusão do Litoral Norte no PRODETUR, vem a construção da Linha Verde, que prolongou a Estrada do Coco por mais 142 km, e possibilitou o desenvolvimento turístico da Costa dos Coqueiros, tornando viável a comunicação entre os povoados, os municípios e a capital do estado. A Linha Verde imprimiu um novo ritmo na região. E a população, que vivia praticamente no isolamento, de repente, passou a conviver com a visita constante de turistas que representam uma sociedade moderna, muito distante da realidade local (COUTO, 2003, p.26).

Desse modo, novos rumos são dados para o litoral norte da Bahia que passou a ser preparado para o desenvolvimento da atividade na região, com base em três intervenções governamentais: A formulação e a implementação da PRODETUR (1992), a criação da Linha Verde BA-099 (1993), conhecida como Estrada de Coco e a criação da área de proteção ambiental- APA (1992).

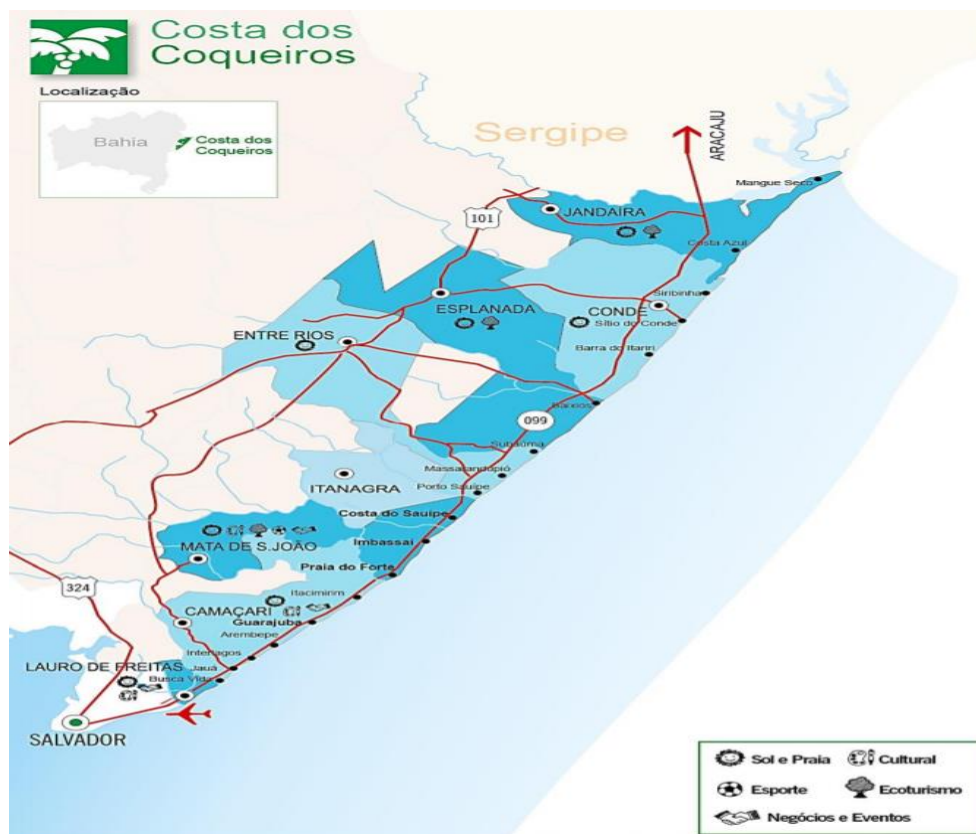
3.1.1.2 COSTA DOS COQUEIROS

A Costa dos Coqueiros é uma das regiões criadas no primeiro zoneamento turístico realizado no ano de 1991. A Costa conta com uma área total de 6.108 km, cerca de 200 km de litoral, também conhecida como Litoral Norte, sendo que, sete dos oito municípios se encontram no território contínuo e litorâneo ao norte da capital Salvador, que inicia-se por Lauro de Freitas, seguindo por Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde, além do município Jandaíra que faz divisa com o estado de Sergipe.

A Costa dos Coqueiros tem como principal via de acesso a BA-099, também conhecida como Estrada do Coco no primeiro trecho e Linha Verde.

A Figura (04) abaixo ilustra a Costa dos Coqueiros e seus municípios:

Figura (04) - Costa dos Coqueiros e municípios



Fonte: Secretaria de Turismo do Estado da Bahia / Elaboração: BMiBrasil e Petrocchi Consultoria (2014)

Foi através da implementação do PRODETUR– BA (1992-2005) na fase I, que se redefiniu o papel da atuação pública no setor turístico. Desde então, grandes investimentos foram realizados pelas esferas governamentais e privadas. Transferindo-se à iniciativa privada a tarefa de promoção dos meios de hospedagem e de outros empreendimentos para fins turísticos. E o setor público com ações de infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto) e de suporte ao turismo-Instalação/ampliação de aeroportos, construção de urbanização de áreas turísticas, centro de convenções, recuperação do patrimônio histórico e outros.

Após a implementação do PRODETUR, tem-se a construção da Linha Verde BA- 099 que estendeu a Estrada do Coco por mais 142 km, fato que possibilitou o desenvolvimento turístico da Costa dos Coqueiros, tornando acessível a comunicação entre os povoados, os municípios e a capital do estado. “A Linha Verde imprimiu um novo ritmo na região. E a população, que vivia praticamente no isolamento, de repente, passou a conviver com a visita

constante de turistas que representam uma sociedade moderna, muito distante da realidade local”. (ANDRADE et al., 2003, p. 8).

Com a implementação da rodovia BA-099, foram-se estabelecendo aglomerados urbanos, se dividindo-se em duas margens, sendo a primeira a esquerda, composta por grandes e pequenas propriedades fundiárias, as populações locais e os trabalhadores que se deslocaram em busca pela oportunidade de emprego e renda. E na segunda margem a Direita, banhada pelo oceano atlântico, onde concentraram-se os condomínios, pousadas, bares restaurantes, hotéis, *resorts* que passaram a desfrutar da infraestrutura e que por consequência visou-se uma maior valorização imobiliária. (BRASILEIRO, 2008)

Como um dos instrumentos mitigadores da implantação da Linha Verde, foi criada em 17 de março de 1992 através do decreto 1.046 a Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental Litoral Norte do estado da Bahia, (APA/LN)²³. Essa Unidade de Conservação abrange uma faixa litorânea com 10 km de largura e 142 km de extensão, ao longo da linha verde para ser uma das estratégias de conservação ambiental do PRODETUR-BA, como forma de preservar os recursos naturais existentes, a exemplo de manguezais, áreas estuarinas, dunas, restingas e lagoas, além do seu apreciável valor paisagístico, assim, objetivando planejar, gerir e fiscalizar os usos executados nas paisagens que englobassem a unidade de conservação(BAHIA, 2018).

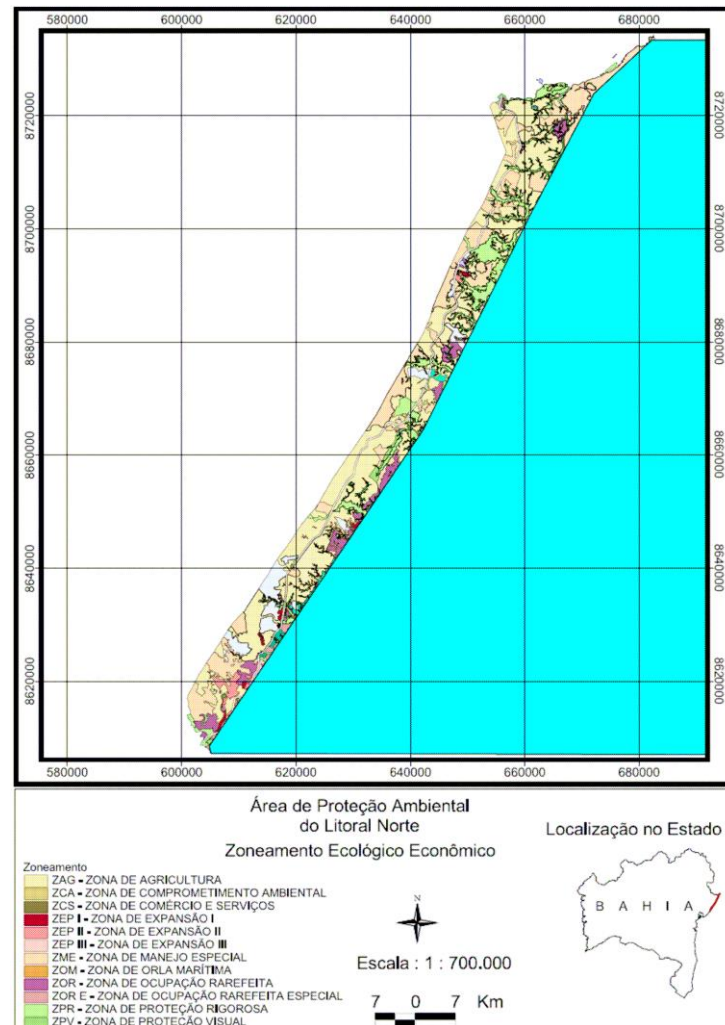
Com a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA/LN) são delineados os usos e ocupação do solo nas áreas costeiras em sete municípios da região, entre eles se encontram a Mata de São João, região que foi instalado o Complexo de Sauípe que é o objetivo desta pesquisa.

Através da resolução 1.040 de 21 de fevereiro de 1995, foi aprovado o plano de manejo da APA-LN, tendo como órgão gestor o Centro de Recursos Ambientais (CRA), coordenado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). O plano de manejo institui padrões de ocupação e restrições ao uso do solo bastante peculiares, estipulados de

²³ Autorizada pela resolução do CEPRAM nº 544, de 12/03/1992, que confere ao setor público a atribuição de estabelecer um programa de zoneamento ecológico-econômico sustentável para as áreas de influência direta da rodovia com ênfase no turismo e lazer. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1995 *apud* BAHIA, 2007, p. 5 e 6).

acordo com o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) ²⁴da APA-LN. (BAHIA,1995).
Ilustrado na figura (05) a seguir:

Figura (05) - APA-LN e Zoneamento Econômico Ecológico



Fonte: Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (2013)

3.1.1.2.3 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

Ao designar a Área de proteção ambiental (APA), quando se deu sua criação em 1992, não existia a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que foi criada em

²⁴ O Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental. Para tanto, parte do diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional e do estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes legais e programáticas para cada unidade territorial identificada, estabelecendo, inclusive, ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos porventura ocorridos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial>> acessado em: 03/11/2018

2000, onde a lei defende a participação social na criação das Unidades de Conservação no Brasil.

A criação da APA-LN apareceu como a estratégia “mágica” para controlar os impactos ambientais negativos provenientes da implantação do prolongamento da rodovia BA-099 até a divisa com o estado de Sergipe. A Linha Verde, concluída em 1993, tornou possível o acesso a uma região até então relativamente preservada em seus recursos naturais e paisagísticos, assim como em suas tradições culturais, sociais e arquitetônicas (OLIVEIRA, 2000 apud, ANDRADE et al., 2003 p. 10)

A Lei nº 9.985/2000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamenta e normatiza a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC) no Brasil, o conceituando como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, Lei nº9.985, 2000, art.2).

Em seu artigo 15º institui a seguinte conceituação de Áreas de Proteção Ambiental – APAs:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, LEI Nº 9985, 2000 art. 15º)

As Unidades de Conservação são divididas, segundo a Lei nº 9.985, em dois tipos: As Unidades de conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

- a. **Unidade de Conservação de proteção integral-** Tem como objetivo preservar a natureza, admitindo o uso indireto dos recursos naturais, com exceção em casos previstos pela na Lei. Seguindo pelas seguintes categorias:
 - Estação Ecológica
 - Reserva Biológica
 - Parque Nacional
 - Monumento Natural
 - Refúgio de Vida Silvestre

b. **Unidade de Conservação de Uso sustentável**- Delimita a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela dos seus recursos naturais. A seguir os grupos que fazem parte desta Unidade de Conservação:

- Área de Proteção Ambiental
- Área de Relevante Interesse Ecológico
- Floresta Nacional
- Reserva Extrativista
- Reserva de Fauna
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
- Reserva Particular do Patrimônio Natural

É sob todo este cenário histórico aqui contextualizado que se inicia a construção do Complexo do Sauípe.

3.2 PLANEJAMENTO INICIAL COMPLEXO COSTA DE SAUÍPE LN-BA

O Projeto Costa do Sauípe ocupa uma área de 1.755 hectares da Fazenda Sauípe, localizada na região de Mata de São João, distante 76 km do Aeroporto Internacional de Salvador através da BA-099 (Linha Verde). Situado no interior da área de proteção ambiental (APA) do litoral norte do estado da Bahia, o empreendimento está localizado na zona turística litorânea denominada Costa dos Coqueiros (COUTO, 2003).

A Fazenda Sauípe, onde foi implantado o Complexo Costa do Sauípe, caracterizava-se pelo predomínio de atividades agropecuárias tradicionais, através do uso direto de recursos naturais: cultivo de coco e pupunha, coleta de frutos (mangaba, manga, caju etc.), extrativismo de piaçava, além de pesca e mariscagem artesanais. A área é bem provida de recursos hídricos, caracterizados pelos rios Sauípe e Santo Antônio e pelos mananciais de dois sistemas aquíferos subterrâneos. Além de maciços representativos da Mata Atlântica, em vários estágios de regeneração, existem ecossistemas associados às formações vegetais desse bioma, tais como: restingas, manguezais, brejos etc. (CARDOSO, 2005, p. 148)

A criação de um empreendimento turístico na região do Litoral Norte foi um projeto idealizado desde o final da década de 1970 pela Construtora Odebrecht S.A que buscou por diversos grupos hoteleiros internacionais para investir no local, afim de mitigar na construção

de hotéis, pousadas e parques temáticos na região. No entanto em 1997, a Construtora decidiu iniciar o projeto com seus próprios recursos e buscou investidores para o projeto oferecendo cotas de investimento, avaliado em R\$250 milhões. No mesmo ano, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) entrou com uma oferta para aquisição de 96,3% do empreendimento como um todo, restando à Odebrecht, proprietária do terreno, uma participação de 3,7% (ODEBRECHT, 2006).

Os objetivos da Construtora, de certa forma, eram partilhados pelo poder público que, através da Superintendência de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia (SUDETUR), havia idealizado a implantação de centros turísticos na Costa dos Coqueiros como elemento chave do plano de desenvolvimento econômico implementado pelo Governo do Estado (WS ATKINS, 2000 *apud* CARDOSO, 2005 p. 147).

Por este caminho, a Construtora Odebrecht firmou o contrato e iniciou com o seu planejamento de estudos de viabilidades (EIA/RIMA²⁵) – Estudo do Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para obter, o licenciamento ambiental. Para o alcance desta licença é necessário que seja apresentado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), concedido pelo poder público para assim iniciar a construção de um empreendimento. Foram exigidos diversos estudos por parte do Centro de Recursos Ambientais (CRA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Levando em consideração que, a implantação do projeto se daria dentro da Área de Proteção Ambiental (APA/LN) situado no município da Mata de São João²⁶. Nesse processo as exigências foram cumpridas e a empresa obteve a licença para localização através do Estudo de Impacto Ambiental e em seguida o Relatório de Impacto Ambiental permitiu o planejamento da implantação do Complexo (COUTO, 2003).

Couto (2003) faz uma análise do EIA/RIMA. A autora observou que os estudos resultaram em uma série de problemas socioambientais, estes que serão elencados no capítulo 04 de análise das dimensões da sustentabilidade.

Por esta sequência as obras de construção do Complexo do Sauípe tiveram início em 19 de dezembro de 1996, com cerca de dois mil funcionários. A maioria dos trabalhadores era constituída por moradores de outras localidades.

²⁵ O EIA/RIMA é exigido na fase de licença prévia de empreendimentos ou atividades que podem causar a degradação ambiental

²⁶ O Município de Mata de São João, está localizado a 56 Km de distância da Capital Salvador, possui 698 km² de superfície (COUTO, 2003)

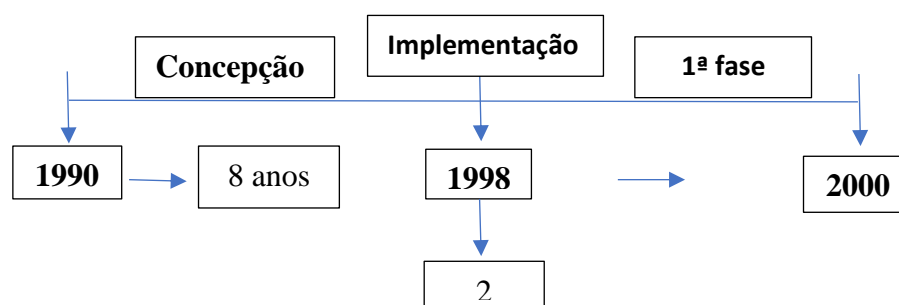
O aproveitamento da mão de obra local se deu apenas para as atividades que exigem menos preparo, tais como: capina e roçado, ajudante de pedreiro, etc. Durante os quatro anos de construção, as obras chegaram a contar com cinco mil trabalhadores, que ficaram instalados nos alojamentos da obra (localizado em Porto Sauípe), na vila dos funcionários e em pousadas e casas alugadas nas proximidades. (COUTO, 2003, p. 41)

Em meio a exigência legal do EIA/RIMA, que apontou a necessidade de fomento em projetos sociais, a Odebrecht juntamente com a PREVI e apoio de outras entidades das áreas de educação, trabalho, cultura e turismo, criou em 1997 o Instituto da Hospitalidade- IH uma Organização Não Governamental, privada e sem fins lucrativos (OSCIP). Sua criação se deu devido às necessidades de elevar os recursos humanos e patrimônio cultural da Costa dos Coqueiros para iniciar um programa de capacitação e formação de mão de obra local a ser aproveitada no Complexo. Como resultado o IH realizou uma pesquisa de grande relevância de mapeamento do perfil socioeconômico da região denominada “Programa Costa dos Coqueiros –Desenvolvimento Sustentável”, que será retratado no capítulo 04 de análise. (COUTO, 2003)

A fase de concepção do Complexo teve duração total de oito anos, e iniciou-se a implementação do projeto em 1998 com duração de dois anos até sua inauguração em 2000. Nessa fase a propriedade recebeu um consultor de turismo internacional afim de realizar a meta da construtora de construir um resort de porte internacional.

A figura (06) abaixo ilustra a fase de concepção do empreendimento Sauípe:

Figura (06) - linha do tempo



Fonte: Elaboração própria (2018)

O empreendimento é um projeto turístico-hoteleiro, onde foi estipulado um prazo de 20 anos para implementar a sua última etapa, este voltado para os mercados turísticos nacional e internacional. A instalação e operação do Complexo, portanto, foi então planejada em cinco

etapas – Vila da Praia, Vila Ecológica, Vila da Colina, Vila do Porto e Vila Agrícola (FONTES, 1999 *apud* LIMA, 2006).

Após sua conclusão, a construtora Odebrecht tinha como objetivo de tornar o grande empreendimento a ser considerado “o primeiro Destino Planejado do Brasil e o maior da América do Sul, designado como a nova *Cancun brasileira*” (SOLIANI, 1998).

A primeira etapa foi aberta ao público em 29 de setembro de 2000 e oficialmente inaugurada em outubro do mesmo ano. O megacomplexo em seu início disponibilizou aproximadamente de 65.366 leitos, distribuídos entre hotéis, pousadas temáticas²⁷, acampamentos, além de Centros de Convenções, casas comerciais, restaurantes, equipamentos esportivos, culturais, de entretenimento e lazer (com hípica, campo de golfe).

Por uma extensão de 6 km de praia estão implantados cinco hotéis construídos por três das maiores empresas de hotelaria do mundo – Marriot (*Resort Renaissance & Marriott*), Accor (*Sofitel Suítes & Resort, Sofitel Conventions*) e SuperClubs Breezes. Além do mais, foram criados DOIS condomínios residenciais para venda (DIAS, 2003).

Em julho de 2002, a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) declarou sua intenção de exercer direito de venda de sua participação no empreendimento em favor da PREVI, sócia majoritária, direito que se encontrava previsto no contrato assinado entre as partes. Em janeiro de 2003 a PREVI comprou o restante da participação que a Odebrecht ainda detinha. Na pesquisa realizada por Couto (2003) em sua entrevista com Francisco Oliveira coordenador do Programa Berimbau²⁸, que todos os ativos (terreno, hotéis, mobília, área de lazer, etc.) que compõem o Complexo são de propriedade da PREVI e gerenciados pela Sauípe S.A. (LIMA, 2006).

É importante destacar as redes hoteleiras que operaram no Complexo.

- **Resort Marriott e Renaissance–**

²⁷ A pousada Gabriela reproduz os casarões de Ilhéus, fazendo referência ao personagem Jorge Amado; A pousada Carnaval remete aos trios elétricos; Maria bonita alude as festas tradicionais do Estado; Pousada da torre relembra os tempos de colonização do litoral norte da Bahia, com a chegada de Garcia D’Ávila; a pousada do Pelourinho representando o centro histórico de Salvador e a Pousada Aldeia em representação aos pescadores do século XVI. (DIAS, 2003).

²⁸ O Programa Berimbau é o um programa social com objetivo de melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem no entorno do empreendimento (CARDOSO, 2005, p. 149).

A Marriott é uma rede americana que operou por 8 anos os dois hotéis: o *Marriott Resort & Spa* e o *Renaissance*, que juntos possuíam 492 quartos, 17 suítes, três restaurantes, quatro bares, dois centros de convenções com capacidade para um total de 1320 pessoas, é considerado o empreendimento de maior sofisticação. No ano de 2008 a rede passou a ser “*Costa do Sauípe Golf & SPA*” e All-Inclusive Resort, atualmente operado pela Sauípe Hotels & Resorts (SHR).

- **Sofitel –**

A rede francesa Accor operou dois hotéis no Complexo: *Resort Sofitel Conventions & Sofitel Suítes*. O primeiro possuía 404 apartamentos, centro de convenções para 1.750 pessoas, dois restaurantes, dois bares, complexo aquático com 5 piscinas e fitness center e o segundo possuía 198 suítes, dois restaurantes, centro de convenções para 176 pessoas, bar, salão de jogos, piscinas e academia. Atualmente a rede passou a ser *Sauípe Premium*.

- **SuperClubs Breezes–**

O empreendimento *SuperClubs Breezes* possui 24.600 m² de área construída, com 324 apartamentos distribuídos em quatro torres, quatro restaurantes (Cozinha Italiana, Internacional, japonesa e asiática), um bar na piscina, uma boate de discoteca, um bar de música ao vivo, sala de ginástica, um *Spa*, berçário e serviço *baby sitter*, um salão de conferência com capacidade para 360 pessoas. Além do complexo aquático, loja de artigos diversos, salas de jogos, locação de carros e uma praça de eventos e shows, o *SuperClubs* é pioneiro no sistema “*All Inclusive*” no Brasil, com funcionamento 24 horas por dia em qualquer um dos bares e restaurantes do resort.

Atualmente o Megacomplexo está dividido em três opções de hospedagens:

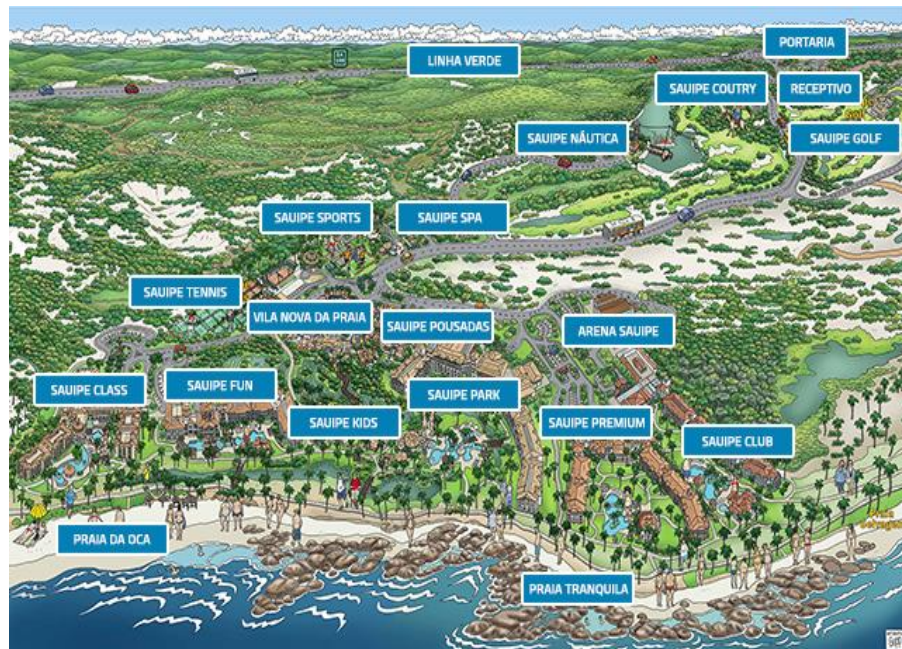
1. SAUÍPE PREMIUM
2. SAUÍPE RESORTS
3. SAUÍPE POUSADAS’

As acomodações são divididas em quatro alas que representam a natureza e seus elementos:

1. ALA SOL
2. ALA TERRA
3. ALA MAR
4. ALA ÁGUA

As figuras (07) e (08) a seguir ilustram o Complexo turístico

Figura (07) - localização das áreas do Complexo turístico de Sauípe.



Fonte: Disponível em: <<http://www.arquivo.sbcd.org.br/bahia2015/turismo/sobre-a-costa-do-sauipe/>>
 acessado em: 17/11/2018

Figura (08) – Os cinco hotéis do Complexo



Fonte: Disponível em: <<http://www.arquivo.sbcd.org.br/bahia2015/turismo/sobre-a-costa-do-sauipe/>>
 acessado em: 17/11/2018

Em conformidade com o que foi tratado neste capítulo, faz-se necessário trazer informações atuais do empreendimento Sauípe.

Nesse ano de 2018 no site de informação “*Correio 24 horas*” foi publicada a notícia de que a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) fechou a venda do complexo turístico Costa do Sauípe, na Bahia, para a Companhia Termas do Rio Quente, de Goiás, pelo valor total de R\$ 140,5 milhões (cento e quarenta milhões e quinhentos mil Reais), aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), devido aos prejuízos econômicos que o complexo estava passando nos últimos anos.

CAPÍTULO 4 – DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE IDENTIFICADAS NO COMPLEXO TURÍSTICO DE SAUÍPE-BA

O empreendimento escolhido para análise foi o megacomplexo Costa de Sauípe, implementado em uma Área de Proteção Ambiental no litoral norte da Bahia (APA-LN), buscando-se identificar impactos positivos e negativos desde a sua fase inicial de construção, até o funcionamento do empreendimento, levando-se em consideração três campos da dimensão da sustentabilidade: o social, o ambiental e o econômico, que afetam diretamente e indiretamente o complexo turístico.

Para a construção de um empreendimento da magnitude do Complexo Costa do Sauípe, foi necessária uma parceria entre os setores públicos e os empreendedores, que juntos, deveriam buscar o desenvolvimento sustentável da região. Em consequência, foi firmado um contrato por meio de um convênio de Cooperação entre a Prefeitura de Mata de São João e a Construtora Norberto Odebrecht, constituindo condições administrativas e financeiras para dar início à execução do complexo. Desse modo, foi elaborado um documento, que estabeleceu concessões e isenções fiscais e a contrapartida do empreendedor, gerando considerações e obrigações de ambas as partes. (COUTO, 2003)

O documento considera:

A necessidade de promover o desenvolvimento socioeconômico da Região Litorânea do Município, a partir de investimentos privados (...) A implantação do Complexo Turístico de Sauípe, pelo empreendedor, propulsora fundamental do desenvolvimento buscado pelos Governos Estadual e Municipal, na medida que aumentará a oferta de empregos e por conseguinte a renda e a qualidade de vida das populações do Município e da Região.”

Quanto às obrigações, ficou determinado o seguinte:

Por parte da Prefeitura:

[...] Concede a isenção do Imposto Sobre Serviço aos Empreendedores aos Parceiros e Investidores do Complexo pelo prazo de 10 anos contados a partir do início da operação e, ao termo final do prazo, fixar a alíquota do ISS de qualquer natureza em 1% (um por cento), para os serviços integrantes da operação do Complexo, pelos 10 anos seguintes.

Por parte do Empreendedor:

Disponibilizar áreas de sua propriedade para a implantação da infraestrutura básica tidas como subestação e rede de energia elétrica, tratamento de água e esgoto, subestação e rede de telefonia. Com vistas a recompensar a prefeitura. [...] pelas ações adotadas em razão do presente Convênio de Cooperação[...] o Empreendedor se obriga a repassar recursos no valor de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais)

Nesse sentido, a Prefeitura recebeu os recursos combinados, entretanto entrou na justiça para tentar anular a isenção do ISS do Complexo, declarando que o empreendimento não cumpriu o acordo de contrapartida entre as partes, que seria, na época, priorizar a contratação de mão de obra local e investir em projetos sociais.

Conforme os inícios dos problemas sociais que começaram a se estabelecer, foi criado em 1997, o Instituto de Hospitalidade (IH) como forma de trazer a qualificação profissional aos moradores que viviam nos municípios próximos do espaço que se tornaria o Complexo.

4.1 IMPACTOS SOCIAIS

O Quadro (01) abaixo considera os impactos sociais positivos advindos com a Construção do Complexo de Sauípe:

Quadro (01) Impactos Sociais Positivos
• Criação do Instituto de Hospitalidade (1997)
• Capacitação com cursos na área de saúde, eletricitista, artesanato e outros.
• Criação de escola e programas sociais
• Criação do Programa Berimbau
• Criação de infraestrutura básica

Fonte: elaboração própria (2018).

Instituto de Hospitalidade: O Instituto de Hospitalidade, na época formada por 32 entidades, entre elas: SEBRAE, SENAC E SENAI iniciou com o trabalho de qualificação profissional das comunidades. A ideia do projeto previa evitar a pobreza ao redor do resort e fazer com que os vilarejos próximos desfrutassem do turismo (DIAS, 2003).

O IH é uma instituição de educação e de assistência social, constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos e de interesse público (hoje conhecida como OSCIP), cujo objetivo é promover a educação e a cultura da hospitalidade, para aprimorar o setor de turismo, de modo a impulsionar sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Atualmente são cerca de 200 entidades e 300

voluntários que estão diretamente engajadas nos seus Programas e Projetos. (CARDOSO, 2005, p. 151)

Saúde: Com a criação do Instituto de Hospitalidade, houve treinamentos ofertados pelo Sebrae, Senac e também pelos recursos humanos dos próprios hotéis, para os funcionários dos empreendimentos e para a comunidade. (COUTO, 2003).

Os cursos ofereciam informações básicas de higiene e saúde. O treinamento foi importante para muitas pessoas, que passaram a obter informações que até então eram consideradas distantes de suas realidades, o que resultou em melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, já que a grande maioria possuía baixa escolaridade e dificuldades de acesso aos meios de informação.

Educação: Foi encontrado melhoria no sistema educacional regional, com criação de escolas. Elaboração de cursos, como por exemplo de eletricista oferecido pela Escola de Produção, criada pelo Instituto de Hospitalidade, com apoio da Fundação Banco do Brasil, Sauípe S.A e Fundação Odebrecht, localizada na Vila Sauípe. Além disso, foi criado o Programa de Ensino Supletivo (PROES) e o Projeto Meninos do Porto. (COUTO, 2003).

Desenvolvimento Local: A valorização do artesanato local, por meio da agregação de valor, que gerou renda para muitas famílias, devido à especialização da produção. (COUTO, 2003).

Programa Berimbau: A Sauípe S.A criou em julho de 2003, conforme o acordo que consta no documento, o Programa Social Sustentável de Costa do Sauípe– Berimbau, que expressa um conjunto de projetos e estratégias de ação numa perspectiva de incluir os interesses dos atores locais impactados pelo empreendimento Costa do Sauípe. (COUTO, 2003).

Infraestrutura das comunidades locais: O resort foi construído ao redor de municípios que não possuíam nenhum tipo de infraestrutura. O advento do Complexo, trouxe a essas regiões: energia, água potável, melhorias nas estradas. (COUTO, 2003).

No Quadro (02) mostra os impactos sociais negativos:

Quadro (02) - Impactos Sociais Negativos
<ul style="list-style-type: none"> • Processo de reflorestamento
<ul style="list-style-type: none"> • Criação da empresa de celulose
<ul style="list-style-type: none"> • Afastamento dos residentes locais, Imigração, aumento do Custo de vida, prostituição e consumo de drogas.

- Baixo nível de escolaridade dos moradores

Fonte: elaboração própria (2018).

Processo de reflorestamento: Como elencado no capítulo 3, a atividade do reflorestamento nos anos 1970 e a instalação da empresa de celulose, afastaram as famílias de pequenos agricultores que, em geral, cultivavam a terra para a própria sobrevivência e foram pressionadas a abandonar seus espaços de moradia e trabalho e passaram a ocupar as áreas periféricas da região. Parte desses proprietários tornaram-se assalariados nas empresas de reflorestamento.

Afastamento dos residentes locais: Com a construção do megaprojeto, os moradores se sentiram pressionados com as imposições dos empreendedores, e saíram de suas terras por valores baixos passando a residir em regiões marginalizadas. (COUTO, 2003).

Imigração: Houve grande impacto provocado pelo contingente de trabalhadores que migraram para a região em busca de trabalho nas obras, principalmente na região Costa dos Coqueiros onde foram criados grandes empreendimentos hoteleiros. (COUTO, 2003).

O município Porto de Sauípe sofre com as consequências do processo migratório motivado pela construção do Complexo Costa do Sauípe. A localidade teve a sua população aumentada em cerca de quatro mil moradores. A explosão demográfica provocou danos aos meios social e ambiental. (COUTO, 2003).

Custo de Vida: Após a inauguração do Costa de Sauípe, houve um aumento elevado nos preços dos produtos oferecidos pelos comerciantes, devido ao aumento do número de visitantes, fato que está refletindo no custo de vida da comunidade. (COUTO, 2003).

Prostituição/Consumo e tráfico de drogas: As comunidades da Praia do Forte e de Porto de Sauípe foram as mais atingidas. Estima-se por meio de relatos orais, o envolvimento sexual de jovens da comunidade com turistas. Há indícios do surgimento da prostituição durante as obras. Nesta época, juntamente com a primeira leva de mão de obra, chegaram cafetões e prostitutas de outras regiões, que alocaram espaços para construir boates. Atualmente, com o alto índice de desemprego e a falta de perspectivas de grande parte da população, a situação tem se agravado, fato este que aumentou no consumo e tráfico de drogas. (COUTO, 2003).

É importante ressaltar que, o EIA/RIMA realizado pela Empresa de consultoria e planejamento ambiental (ECOPLAM) alertou para os aspectos sociais negativos, que foram considerados em maior proporção que os positivos.

“A situação do sistema de saúde, assim como do sistema educacional refletem o pouco interesse dedicado àquela comunidade. Inexistem médicos na região, no único Posto de Saúde da área de influência direta, o médico frequenta o estabelecimento apenas alguns dias na semana. (...) a grande maioria da população sequer foi alfabetizada, assim não dispõe de emprego fixo, ou carteira assinada, como forma de lhes assegurar acesso aos benefícios sociais(...). A população dispõe de um atendimento precário para as suas necessidades básicas de saúde e educação. A falta de emprego formal e o despreparo para o “progresso” que se aproxima, deixa a comunidade autóctone em situação delicada. A situação somente não se agrava devido ao reduzido contingente populacional e a abundância de recursos naturais.” (EIA/RIMA, p.85)

No mais, do documento consta que os projetos sociais serão de responsabilidade da Sauípe S.A. No entanto, o diretor-presidente de Sauípe atestou em seu depoimento que essa situação é vista como uma grande problemática:

A prioridade do empreendimento sempre foi aproveitar mão de obra local, mas mesmo com todos os cursos de capacitação e treinamento não conseguimos profissionais preparados para atender a toda a nossa demanda. E, no início, ainda fomos alvo de muitas críticas em termos de qualidade de atendimento (Complexo Costa do Sauípe, 2003, p. 5).

4.1.1 IMPACTOS AMBIENTAIS

De acordo com a Resolução Conama 237/1997, os “complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos” necessitam do licenciamento ambiental concedido pelo poder público para serem construídos e entrar em operação. (BARBIERI, 2004, *apud* Cardoso, 2005 p. 149).

Os estudos realizados por meio do EIA/RIMA para o Complexo de Sauípe resultaram na previsão de diversos problemas socioambientais. O documento ressaltou a importância do manejo dos recursos naturais, alertando:

“...O projeto estará sendo implantado em uma região onde os problemas sociais não diferem dos problemas nacionais, onde 24 milhões, dos 38 milhões de brasileiros que vivem no meio rural se abastecem em poços, rios, cacimbas, barreiros e/ou outras formas rudimentares de abastecimento de água. Desses 14 milhões se utilizam de fossas, “casinhas” no fundo do quintal e outros a céu aberto. Também é elevado o percentual de analfabetos e outros, que só sabem assinar o nome nas seções eleitorais[...] tal quadro é perfeitamente coerente com a realidade constatada nos povoados situados na área de influência direta e indireta do projeto.” (EIA/RIMA, pág. 60)

O Quadro (03) mostra os impactos ambientais negativos, de acordo com o início da atividade turística na região e após a implementação do Complexo de Sauípe.

Quadro (03) Impactos Ambientais Negativos
• Processo de reflorestamento com Pinus e Eucaliptos
• Poluição e implementação de sistema de esgoto sem o Estudo de impacto ambiental (EIA) específico.
• Explosão demográfica

Fonte: elaboração própria (2018)

Processo de reflorestamento com Pinus e Eucaliptos: Dentro do que foi citado nota-se que, a região litoral norte desde meados do século XVI estruturava no modo de produção extrativista como meio de subsistência para a manutenção de vida da população local. Esse fenômeno começa a ser observado entre os anos 1970, com início da instalação do Complexo Petroquímico e indústria de celulose, que contribuiu para a atividade do reflorestamento com a plantação de pinus e eucaliptos, árvores consideradas exóticas oriundas da Austrália e que não são nativas da região. Por sua vez, o eucalipto é principal matéria no processo de produção da celulose e por sua vez gera impactos negativos como: o consumo de quantidade enorme de água, como consequência, ocorre a diminuição no fluxo de rios e córregos afetando os lençóis freáticos.

Poluição do Rio Sauípe: Constata-se que, a realização das obras iniciais para implantação do sistema de esgotamento sanitário de Costa do Sauípe, resultou em graves danos ambientais. A poluição ocorreu devido a falhas de tratamento do esgoto que estava destinado a receber os dejetos do Complexo. A rede de esgoto foi construída em um local em que existia um lago próximo à vila residencial e ao leito do rio (o risco ambiental dessa ação envolveu o aterramento do lago) e não foi realizado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) na construção da rede de esgoto.

Baseado no tratamento de efluentes líquidos sanitários através da implantação de lagoas de estabilização, depuração e decantação localizadas próximo à Vila Sauípe, o sistema de esgotamento sanitário da Costa do Sauípe lança o seu efluente tratado no estuário do rio Sauípe. Para os atores socioambientais locais envolvidos, além de não ter realizado estudos prévios de impacto ambiental para o referido sistema, a Embasa, responsável pelas obras de infraestrutura de água e esgoto do empreendimento Costa do Sauípe, não construiu o emissário submarino, conforme previsto inicialmente na etapa de projeto. Esse equipamento permitiria o bombeamento do efluente tratado para o oceano, minimizando, assim, as possibilidades de poluição dos ecossistemas locais atingidos pelo lançamento dos dejetos. (ANDRADE et al, 2003, p. 12)

Este acontecimento gerou sérios problemas de saúde para a comunidade e comprometeu os recursos hídricos, afetando a produção de peixe, inibindo a pesca, fonte de subsistência de muitos nativos, além da destruição de espécies da Mata Atlântica. Ademais, a rede de esgoto, criada devido à construção da Estação de Tratamento, ainda não foi estendida a toda comunidade. (CARDOSO, 2005).

Convém salientar que o estuário do rio Sauípe apresenta extensos e ainda preservados manguezais e que esse ecossistema é extremamente dependente de determinadas condições físico-químicas e hidrológicas de equilíbrio dinâmico dos fluxos fluviais e das marés, da geologia e da preservação rigorosa das suas espécies de flora e fauna. O Fórum Bahia e o Senge/BA alertam, ainda, para o risco ambiental que essa situação-problema pode representar, já que o sistema de esgotamento sanitário da Costa do Sauípe não apresenta qualquer plano de monitoramento desses manguezais, levando-se em conta a sua notória capacidade de retenção dos poluentes orgânicos e inorgânicos lançados (ANDRADE et al, 2003, p. 12).

Explosão demográfica: Observa-se que, a chegada de trabalhadores da construção civil, contratados para a construção do empreendimento, gerou na comunidade: crescimento rápido, desordenado e especulação imobiliária.

Quadro (04) mostra as modificações ambientais positivas na região antes e após a implementação do resort:

Quadro (04) - Modificações Ambientais Positivas
• Criação da Área de proteção ambiental (APA-LN) e Plano de Manejo
• Criação de usina para produção de compostagem
• Estabelecimento de Base do Projeto Tamar no Complexo de Sauípe
• Replantação de coqueiros no Complexo

Fonte: elaboração própria (2018).

Criação da Área de proteção ambiental APA-LN: Sua criação foi fundamentada como necessidade de conservar e preservar os espécimes vegetais remanescentes da Mata Atlântica, as áreas estuarinas, as restingas, as dunas e as lagoas. Seu Plano de Manejo trata sobre a ocupação e a utilização ordenada do solo, favorecendo o desenvolvimento das atividades do turismo, lazer, habitação, pesca, o reflorestamento, a pecuária, e a cultura, entre outras, seguindo exigências para alcançar o desenvolvimento sustentável. (ANDRADE et al., 2003).

Criação de Usina para produção de compostagem: Afim de suprimir os impactos negativos provenientes da construção do empreendimento, foi criada dentro do projeto social “*Berimbau*” uma usina para a produção de adubo orgânico a partir do tratamento das oito toneladas diárias de lixo orgânico gerado pelo Complexo Costa de Sauípe. O projeto foi implementado na região Porto de Sauípe e gerido por uma cooperativa formada por moradores e agricultores.

Projeto Tamar: Criado nos anos 1980, o “*Projeto Tamar*”, localizado na região do litoral Norte- BA, é uma área importante de desova de tartarugas. Dez por cento do total de ovos desses animais no Brasil estão nos seis quilômetros de praia do Sauípe. Visando a proteção das tartarugas a sede nacional do Projeto foi criada na Praia do Forte. A razão da sua criação nessa praia se deu por conta do grande número de ninhos de tartarugas nas praias de Sauípe. Há uma base do *Projeto Tamar* localizada no Complexo de Sauípe. (DIAS,2003)

Retirada de árvores (Desflorestamento): No processo de construção do resort, foram retiradas em torno de 32 mil árvores e replantadas em outras áreas do próprio complexo. Para cada árvore retirada foram plantadas outras quatro (DIAS, 2003).

4.1.1.2 IMPACTOS ECONÔMICOS

O Quadro (05) elenca os impactos econômicos na região para o desenvolvimento do turismo e para a Construção do Complexo de Sauípe:

Quadro (05) - Impactos Econômicos Positivos
• Investimentos públicos
• Geração de emprego e renda
• Primeiro ano de operação do empreendimento (2001)

Fonte: elaboração própria (2018).

Na zona turística denominada Costa dos Coqueiros no Litoral Norte da Bahia os investimentos públicos se concentraram na construção de estradas, a exemplo da Rodovia BA-099, denominada Linha verde, criação de áreas protegidas, saneamento básico, infraestrutura, eletricidade. Os investimentos foram cruciais para o desenvolvimento do turismo na região e na busca de investidores estrangeiros para o setor hoteleiro.

O marco desse processo na economia foi o investimento do resort Complexo de Sauípe, estimado no valor de R\$340 milhões (trezentos e quarenta milhões de Reais).

Geração de emprego e renda: Cerca de dois mil empregos diretos e oito mil indiretos.

Foi possível identificar, que o curso de qualificação realizado pelo Instituto de Hospitalidade na área de artesanato, possibilitou emprego e conhecimento de várias mulheres dos municípios vizinhos, que conseguiram emprego nas lojas dentro do Resort- localizada na área: vila nova da praia. A percepção da melhoria de renda fica mais evidente entre os cooperados da Associação dos Artesãos de Porto de Sauípe.

Primeiro ano de operação: Após um ano de operação o resort recebeu cerca de 480 mil hóspedes, com uma taxa anual de 51% em seu lançamento. Parte dos recursos financeiros recebidos foram investidos em eventos esportivos - a exemplo do “*Brazil open de Tênis*” (DIAS, 2003). Nesse ano de inauguração, o empreendimento chamou muita atenção do mercado nacional, além das divulgações pela mídia, devido a isso, os consumidores lotaram o resort na época.

O Quadro (06) retrata os impactos negativos após os investimentos com o empreendimento:

Quadro (06) -Impactos Econômicos Negativos
• Prejuízos econômicos (2003- 2004)
• Expectativa de hóspedes estrangeiros
• Análise do Setor
• Quebra de expectativa quanto a geração de emprego

Fonte: elaboração própria (2018).

Prejuízos econômicos: “Três anos após o início da operação do Complexo, notícias veiculadas na mídia divulgavam os prejuízos acumulados da operação em R\$6,5 milhões. Em agosto de 2004 o prejuízo acumulado anunciado era de R\$8,5 milhões” (MANDL, 2004 *apud* Lima, 2007 p. 80).

Expectativa de hóspedes estrangeiros: À época do lançamento, os empreendedores previam que a participação de hóspedes estrangeiros ficasse em um patamar de 30%. Esta expectativa não foi concretizada. No primeiro ano de operação a presença internacional em Sauípe ficou em metade do esperado (15%) e decaiu profundamente no segundo ano para 6%. (LIMA, 2007)

A administração do Complexo disponibilizou em seu sítio eletrônico alguns relatórios²⁹ de análise do setor, disponíveis a partir do ano de 2010. O relatório consta as determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis de cada ano que se encerra, consultoria, desempenho financeiro e perspectivas. Nesse sentido os documentos apontaram uma instabilidade entre melhorias e prejuízos financeiros.

Ano 2010:

“As taxas de ocupação e rentabilidade apresentaram aumentos significativos, principalmente no segundo semestre, mostrando a clara recuperação do empreendimento”. A receita líquida do empreendimento teve um aumento de 33% comparado ao ano de 2009.

Ano 2014:

O ano de 2014 foi marcado por um cenário de instabilidade econômica e social. O primeiro quadrimestre apresentou resultados positivos, em parte motivados pela visibilidade e expectativas geradas pela Copa do Mundo da FIFA, que ensejou a antecipação de muitos eventos corporativos para os primeiros meses do ano. A partir de maio, as notícias veiculadas pela mídia sobre protestos e alta exagerada nos preços de passagens aéreas e serviços turísticos impactaram o segmento. [...]O cenário pré-eleitoral, como de costume, desacelerou o consumo e contribuiu para resultados abaixo do esperado. Logo após o processo eleitoral, o Real sofreu uma forte desvalorização, motivando turistas a trocarem destinos internacionais por viagens nacionais. Ainda assim, esses efeitos não foram significativos no ano de 2014.

Ano 2017:

O cenário político e econômico brasileiro em 2017 mostrou uma lenta recuperação em relação a forte crise que se encontrava. No entanto, no setor de resorts observamos uma recuperação mais lenta, principalmente no primeiro semestre do ano, impactando diretamente a demanda por viagens a lazer e praticamente congelando o segmento de eventos corporativos.

Em 2017 a receita líquida de R\$ 211 milhões representou aumento de 6% comparado ao ano anterior, enquanto os custos e despesas combinados variaram 58%, elevando a um prejuízo de R\$ 148 milhões, contra R\$ 29,3 milhões. Do montante total, aproximadamente R\$ 12,3 milhões deve-se à depreciação dos ativos imobiliários capitalizados em outubro de 2013 e R\$ 111,2 milhões proveniente do reconhecimento da Perda por Desvalorização de Ativos após realização do teste de redução ao valor recuperável.

Expectativa quanto a geração de emprego: Pode-se constatar que, um dos principais efeitos ao construir o empreendimento foi a quebra de expectativas da população local quanto às

²⁹ Disponível em :< <http://investidores.costadosauipe.com.br/Balanos%20Anuais/Forms/AllItems.aspx>> acessado em: 18 nov. 18

oportunidades de trabalho e renda. As ofertas de trabalho e emprego não atingem significativamente as parcelas mais pobres da população que é desqualificada para atender um público exigente em relação aos serviços oferecidos dentro do Complexo. Assim, os empregos gerados para as comunidades próximas ao empreendimento são caracterizados como subempregos e as funções melhores estão reservadas a funcionários que vieram de fora da região. (COUTO, 2003).

De modo geral, nos três relatórios elencados anteriormente, é possível entender que os problemas políticos, econômicos e sociais que o Brasil vem enfrentando, afetaram também na economia do complexo, que continuou demonstrando prejuízos.

Apesar disso, no entanto, agora em 2018, mesmo com os prejuízos elevados, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) vendeu suas ações para a rede Rio Quente Resorts- Goiás³⁰, em um valor estipulado de: R\$ 140,5 milhões (cento e quarenta milhões e quinhentos mil Reais). Estima-se que Costa de Sauípe (CS) teve um prejuízo de R\$ 29 milhões (vinte e nove milhões de Reais), 26% maior que o resultado já negativo apurado no ano de 2015.

³⁰ Empresa de capital aberto, fundada em 1964 pelo médico Ciro Palmerston, hoje, gerida pelos grupos ALGAR de Uberlândia - MG e GEBEPAR de Goiânia - GO, situada na Fazenda Água Quente, s/n no município de Rio Quente, estado de Goiás. Tendo como razão social Companhia Thermas do Rio Quente-CTRQ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi “Analisar as dimensões da sustentabilidade causadas pela implementação do complexo turístico Costa de Sauípe – BA”. Para tanto, utilizou-se do método estudo de caso, via análise de documentos, como tese, artigos e monografias.

Ao realizar o presente estudo e adentrarmos na temática escolhida, tornou-se importante retratar os seguintes assuntos e contextos históricos:

- A origem do deslocamento do ser humano como característica predominante de ocupação dos diversos espaços do território, associados por diversos motivos.
- A complexidade de conceituar o turismo, que para Beni (2001) engloba diversos elementos que interagem entre si em um sistema amplo.
- Os impactos positivos e negativos decorrentes da atividade turística, abordando em específico as dimensões: econômica, ambiental e sociocultural.
- Sustentabilidade/conceituação/ contexto histórico/ dimensão da sustentabilidade para o turismo.

Foi elencado nesta pesquisa que, os impactos associados a atividade turística trazem uma gama de consequências, que afetam: o meio ambiente, a comunidade (meio social e cultural), a economia e entre outros, como o caso dos grandes grupos e cadeias (redes) de *resorts*, devido a sua construção de elevada magnitude e vista muita das vezes como insustentável. Por isso, a questão da sustentabilidade e os princípios do desenvolvimento sustentável são essenciais uma vez que o meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações (RUSCHMANN, 2012).

Durante o processo de construção deste trabalho e de análise, buscou-se responder os objetivos gerais e específicos através dos referenciais teóricos utilizados.

Como resultado, observa-se que, neste cenário e dentro da área de preservação ambiental (APA), no município de Mata de São João, foi construído o megacomplexo turístico Costa do Sauípe. A princípio o projeto foi planejado para dar certo e fincar a bandeira do Brasil internacionalmente. No entanto, antes de realizar a construção do resort na APA, foi realizado

o Estudo de Impacto ambiental seguido do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) o documento previu muito dos problemas que estão ocorrendo nos dias de hoje.

Ao analisar as três dimensões da sustentabilidade: social, ambiental e econômico, foi possível identificar, em um panorama geral, que o Complexo turístico Costa de Sauípe não possui instrumentos gerenciais que incentivem a busca da sustentabilidade, apesar dessa questão estar presente em suas diretrizes estratégicas e inseridas no seu site eletrônico. Assim, é comum acontecer com os *resorts*, pois a sustentabilidade se dá de forma separada dos negócios o que faz com que as iniciativas de muitos empreendimentos apresentem resultados marginais na dimensão social da sustentabilidade.

Na dimensão da sustentabilidade social, percebe-se que os empreendedores do resort apesar de interessados em incluir as comunidades no empreendimento, com o fomento do Instituto de Hospitalidade e Projeto Berimbau, resultam em pouca, ou nenhuma mudança positiva nas condições de qualificação, saúde, emprego. Este fato foi até reconhecido pelo diretor-presidente do complexo, que ressaltou em seu documento que o investimento em qualificação dessas comunidades eram ainda insuficientes. Outro impacto indireto no campo social é o aumento de crimes e de prostituição, além da migração do elevado número de trabalhadores para a região. É perceptível que estes acontecimentos são provenientes do desenvolvimento econômico e do maior acesso aos meios de comunicação e não só atribuídas exclusivamente ao turismo.

No campo ambiental, foi possível identificar impactos negativos como: processo de reflorestamento da região com Pinus e Eucaliptos, poluição e sistema de esgoto sem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), explosão demográfica, retirada de árvores. Em seu aspecto positivo, tem-se a criação da Área de proteção ambiental (APA-LN) e seu Plano de Manejo, Criação de usina, Base do projeto Tamar dentro do Complexo.

Na dimensão econômica, apesar do impacto econômico ser o principal benefício para o desenvolvimento do turismo com a implementação do resort, a quantidade de postos de trabalho oferecidos parece estar aquém das expectativas dos moradores das regiões. Ainda neste aspecto foi observado que o empreendimento teve mais prejuízos do que ganho ao ponto da Caixa da previdência dos funcionários do banco do Brasil (PREVI) anunciar no ano de 2017 a venda do Complexo de Sauípe e no ano de 2018 a compra do resort realizada pela rede de goiás-Rio quente resort.

Apesar de algumas iniciativas significativas do Complexo Costa do Sauípe elencadas no capítulo 04 de análise, este, até o atual momento, não apresenta uma atuação que possa ser caracterizada como bem sucedida no que se refere à dimensão social, ambiental e econômica. Ao se pensar em equilíbrio ambiental dentro da atividade turística, é imprescindível a prática do turismo sustentável. A maximização dos benefícios e a redução dos problemas dependem do planejamento e desenvolvimento de ações entre os setores público e privado incluindo a comunidade local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Célio et al. **Regulação de conflitos socioambientais: efluentes do complexo Costa de Sauípe – BA**, Belo Horizonte, dez. 2004

APA litoral Norte do Estado da Bahia. Inema. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-litoral-norte-do-estado-da-bahia/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

APÓS PREJUÍZO de R\$ 29 milhões, complexo turístico Costa do Sauípe é vendido. Correio. 2017. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-prejuizo-de-r-29-milhoes-complexo-turistico-costa-do-sauipe-e-vendido/>>. Acesso em: 4 nov. 2018

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Ed. Papyrus, 2003.

BRASIL. Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008. nº Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm> Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASILEIRO, Maria Helena Martins. **Do real ao possível: responsabilidade social em empreendimentos turísticos: a atuação do Grupo Reta Atlântico na Costa dos Coqueiros Bahia**. Salvador, 2008.

BSH INTERNATIONAL. Disponível em: <<http://www.bshinternational.com/TravelResearch>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Cardoso, Roberta de Carvalho. **Dimensões Sociais do Turismo Sustentável: estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais**. Tese Doutorado – Escola de Administração de Empresas. São Paulo, 2005.

COSTA dos Coqueiros. Disponível em: <<http://observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Resumo-Executivo-PDITS-Costa-dos-Coqueiros.pdf>> acessado em: 30 out.2018.

COSTA dos Coqueiros. Disponível em: <<http://www.bahia.com.br/destinos/costa-dos-coqueiros/>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

COUTO, Rosalina da Conceição. **Os impactos causados pela hotelaria nas comunidades locais – estudo de caso: Complexo de Sauípe**. Monografia (Curso de MBA em Turismo, hotelaria e entretenimento) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2008

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo, Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens** São Paulo: Aleph, 2009.

LIMA, Patrícia Gomes Barbosa. **A estratégia de atração de resorts como impulsionador do turismo na Bahia: estudo de caso do complexo Costa do Sauípe.** Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

MARINO NETO, José Ernesto et al. **RESORTS NO BRASIL** 2014. Disponível em: <<http://www.bshinternational.com/sys/download/resortsnobrasil2014.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

MENEZES, Paula Dutra Leão de; SILVA, Jéssica Cristina da. **ANÁLISE DO SISTEMA OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DO BRASIL.** 14 p. Disponível em:<<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/751/651>>. Acessado em: 4 nov. 2018.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Sérgio. **O Pós Turismo.** 2.ed. Aleph, 2003

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: Planejamento e Organização.** 5ª Ed., 2005.

RABAHY, Wilson. **Turismo e Desenvolvimento: Estudos econômicos e estatísticos no planejamento.** São Paulo: Manole, 2003.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização social: a Agenda 21.** 2002. Tese (Doutorado em Comunicação social) - Universidade Metodista de São Paulo.

RESORTS em Números: Índice de Competitividade de Resorts. ABR. Disponível em:<<https://www.resortsbrasil.com.br/estatisticas/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 16 ed. 2012.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável: Idéias sustentáveis.** In: STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Secretaria de Turismo Bahia- Disponível em: < <http://www.setur.ba.gov.br/>> Acessado em: 30 out.2018

TELES, Reinaldo. **Turismo e meio ambiente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

World Wild Foundation. Disponível em:<<https://www.wwf.org.br/>> Acesso em: 4 nov.2018

YIN. Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.